



PÁTRIA-NOVA;

UMA DOCTRINA
MONARQUISTA,
PELAS MÃOS
DA

AÇÃO ORLEANISTA



BASEADO NOS ESCRITOS DE ARLINDO VEIGA DOS SANOS
MMX

Kauê de Werk e Renan Menuzzier

PÁTRIA-NOVA

O Patrianovismo e a Resistência
Monarquista sob a ótica da
Ação Orleanista



BASEADO NAS OBRAS DE:

A Família do Fantasma

MMXX

AÇÃO ORLEANISTA



MMXX

PÁTRIA-NOVA

O Patrianovismo e a Resistência
Monarquista sob a Ótica
da Ação Orleanista

1ª edição

por
Kauê de Werk e
Renan Menuzzier

copyright © 2020 by Kauê de Werk and
Renan Menuzzier

Todos os direitos desta edição reservados à
AÇÃO ORLEANISTA.

Rio de Janeiro, RJ. Brasil
contato@orleanismo.org
www.orleanismo.org

MMXX

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO.....	11
PARTE I	
A MONARQUIA BRASILEIRA.....	13
Capítulo I: Formação e Independência.....	15
Capítulo II: O Primeiro Reinado.....	18
Capítulo III: As Regências.....	21
Capítulo IV: A Consolidação.....	23
Capítulo V: O Auge.....	26
Capítulo VI: A Guerra.....	28
Capítulo VII: A Crise.....	30
Capítulo VIII: A Abolição.....	32
Capítulo IX: A República.....	34
Capítulo X: O (possível) Terceiro Reinado.....	37
PARTE II	
A FAMÍLIA IMPERIAL BRASILEIRA.....	51
Capítulo I: A Casa Imperial do Brasil.....	53
Capítulo II: Dom João VI.....	57
Capítulo III: Dom Pedro I.....	61
Capítulo IV: Dom Pedro II.....	65
Capítulo V: Dona Isabel e Conde d’Eu.....	71
Capítulo VI: A Abdicação - Os Ramos Imperiais.....	75
Capítulo VII: Dom Luiz Maria.....	78
Capítulo VIII: Dom Pedro Henrique.....	81
Capítulo IX: Dom Luiz e Dom Bertrand.....	84
Capítulo X: Dom Antônio e Dom Rafael.....	87

PARTE III

A RESISTÊNCIA MONARQUISTA NO SÉCULO XIX.....89

Capítulo I: A Guarda Negra.....91

Capítulo II: A Fundação do Diretório Monárquico.....94

Capítulo III: Os Levantes da Armada.....96

Capítulo IV: A Guerra de Canudos.....99

Capítulo V: A Atuação do Diretório Monárquico.....104

PARTE IV

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS E A AIPB/FNB.....113

Capítulo I: Juventude e Formação de Arlindo.....116

Capítulo II: A Primeira Geração Patrianovista.....118

Capítulo III: A Segunda Geração Patrianovista.....122

Capítulo IV: Arlindo e a Frente Negra Brasileira.....124

Capítulo V: A Herança Patrianovista no Século XXI.....126

PARTE V

O PATRIANOVISMO E A AÇÃO ORLEANISTA.....131

Capítulo I: A Ação Orleanista e o Patrianovismo.....133

Capítulo II: A Doutrina Patrianovista.....136

Capítulo III: A Monarquia Tradicional Orgânica.....139

Capítulo IV: Os Atributos do Regime Orgânico.....143

Capítulo V: A Necessidade do Estado Confessional.....148

Capítulo VI: Monarquistas, a luta!.....151

CRONOLOGIA.....157

BIBLIOGRAFIA.....159

APRESENTAÇÃO

“A monarquia caiu no Brasil pela falta de uma doutrina. Os estadistas do Império e o próprio Imperador não tinham sólidas convicções monárquicas, não tinham uma filosofia do regime”

José Pedro Galvão

É impossível contemplar o passado do Brasil e ignorar que o destino de nossa pátria é a aspiração Imperial.

Um Império não sobrevive apenas de pragmatismo político, deve-se haver uma sólida doutrina fundamentada nas tradições e fé de seu povo para que possa ser válida e florescer. Qualquer sistema político baseado em ressonâncias políticas de nações estrangeiras jamais florescerá, e por isso a república no Brasil está condenada ao caótico e eterno fracasso.

Por este motivo oferecemos através dessa obra uma **Pátria-Nova**. Porque não devemos mais permitir que o espírito saudosista nos consuma e fiquemos eternamente lamentando pelo fatídico 15 de novembro de 1889, e sim comemorarmos a oportunidade de poder lutar e defender a herança deixada por Dona Isabel, um legado que não consiste em bens materiais, mas no espírito de união dos brasileiros pelo bem maior da pátria.

A luta por um Terceiro Reinado livre dos vícios que levaram ao fim do Segundo, uma verdadeira batalha de reparação. Arlindo Veiga dos Santos, tomista, filósofo e escritor, compreendia de forma magistral a demanda doutrinária a qual o mo-

vimento monarquista carecia e, através de suas obras sobre Patrianovismo, conseguiu dissertar com excelência sobre uma doutrina compatível com a história, cultura e fé do povo Brasileiro, respaldada pelos nossos antepassados da península Ibérica defensores da Monarquia Tradicional.

O destino não poderia ter escolhido alguém melhor para representar o pioneirismo na defesa da renovação imperial do Brasil do que Arlindo Veiga dos Santos, negro, católico e de origem humilde, figura que soube através do Patrianovismo e da extinta Ação Imperial Patrianovista representar e defender a autêntica filosofia brasileira responsável por lapidar o caminho para a criação da Ação Orleanista.

Se hoje possuímos algo a qual inspirar e basear nossa luta, este algo apenas existe graças ao legado patrianovista. É por isso que dedicamos esta obra a todos os monarquistas que lutaram, resistiram e morreram pelo que acreditavam - Heróis como os revoltosos da Armada, os populares de Canudos e os intelectuais do Segundo Reinado que resistiram à tirania e repressão da Primeira República.

Em especial a Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança.

PREFÁCIO

Só o governo federal arrecadou em 1946 15 bilhões de cruzeiros de impostos. Depois disso eles têm subido constantemente, e o governo, ingenuamente, ignora os motivos da carestia de vida!

Vem a propósito esclarecer o povo, sobre as razões das dinastias e das prerrogativas reais que tantos ciúmes provocam injustamente.

Se fosse possível repartir com toda uma população de milhões de almas, a riqueza da coroa, essa riqueza se transformaria imediatamente em miséria para cada um e, se as jóias fossem assim distribuídas, os fragmentos seriam tão pequenos que ficariam impalpáveis, ninguém se contentaria com tão pouco.

Pois é isso, justamente, o que acontece com a República - É tanta gente a subir e a se encher, que não há mãos a medir com as despesas, nada mais chega para ninguém. A partilha se torna muito mais injusta e a vida se torna difícil, até para os mais beneficiados. Quanto mais aumenta o número dos ricos e dos potentados, mais aumenta a miséria no país e o número dos infelizes cresce.

Uma longa experiência mostrou aos nossos antepassados que o único meio de preservar a fortuna da nação era criar um ambiente próprio e digno que a pusesse a salvo das ambições vulgares, e dos esbanjamentos prejudiciais à coletividade.

Nas mãos dos príncipes, essa riqueza é um depósito sagrado pelo qual eles assumem, sozinhos, toda a responsabilidade e se obrigam a zelar por ela.

Isso que presenciamos aqui, a dois passos, é a imagem

do que se passa em todos os rincões do Brasil. É muito mais natural que a carestia provenha desses erros constantes do governo republicano, de que da remota abolição que, mesmo no caso de ter dado grandes prejuízos, já havia tempo de sobra para terem sido sanados, se houvesse interesse por parte dos responsáveis pelo governo da República. Mas, em vez de ajudar o homem do campo como fazia o Império, o governo da República, se associa às pragas da lavoura, tornando mais pesado o encargo da classe que mais concorre para o progresso do país.

Pouco a pouco a República vai exercendo um comunismo à sua moda - Apodera-se de tudo quanto é nosso, tolhe nossos esforços, anula as nossas energias e depois, quem vier atrás, que feche a porta.

Adaptado do Boletim escrito pela Chefia do Rio de Janeiro da
Ação Imperial Patrianovista.

PARTE I

A MONARQUIA BRASILEIRA

Capítulo I:

Formação e Independência

A instituição Brasil, como atualmente é conhecida, tem suas origens remotas no século XVI, durante o período das Grandes Navegações. Portugueses descobriram e ocuparam a então Terra de Santa Cruz, construindo do zero, com base nas heranças romanas e inspirados pelo espírito católico, o que viria a ser a Nova Lusitânia, terra que posteriormente chamaríamos de lar, berço da maior população católica do planeta.

O período português nos trouxe uma série de avanços, como a instituição das noções de Estado, impondo ordem e civilidade, de Território, iniciando o sentimento de pertencimento à terra, e principalmente a instituição da noção de Fé, com a chegada do Cristianismo ao território e fundação dos assentamentos de catequização. Agora, os nativos que ocupavam estas terras em estágios civilizacionais dignos do neolítico, avançavam diretamente à Idade Moderna, tendo acesso aos avanços tecnológicos trazidos pelos portugueses e à salvação através da Fé Católica.

Após séculos de consolidação do português nestas terras, os impactos da Revolução, tanto a Francesa quanto a Americana, viriam a ecoar por aqui. O expansionismo militarista revolucionário de Napoleão I levou à retirada estratégica da corte, da Família Real, e do monarca Dom João VI, o fundador do Brasil moderno, predecessor da independência. A chegada dos mesmos simbolizava um marco para estas terras: O Brasil deixava de ser apenas uma província portuguesa, e passava a ser a capital

do Império Ultramarino Português, que contava com sua presença em todos os continentes.

Enquanto esteve aqui, Dom João transformou a antiga província em uma verdadeira metrópole: Em menos de 10 anos, o Brasil construiu bases sólidas para se impor no cenário internacional. Na economia, a Carta Régia permitiu o comércio do Brasil com o resto do mundo, além da criação do Banco do Brasil, o quarto banco emissor do mundo, que permitiu o florescimento de manufaturas pelo país. Na educação e nas artes, escolas de ensino superior foram inauguradas, junto com a criação da Academia de Belas Artes, da Biblioteca Real, do Jardim Botânico e do Museu Nacional. Além destas, foram criadas a Imprensa Régia e as forças armadas passaram por reformas e avanços, como a criação da Real Fábrica de Pólvora e da Academia Real Militar.

Foi durante este período que o Brasil, em 1815, viria a ser elevado à categoria de Reino, compondo o novo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A maré positiva que chegava ao Brasil através de Dom João VI e da transposição da capital do Império para o Rio de Janeiro viria a ter o seu fim em 1821: A revolução chegava com força em Portugal, agora não mais através das armas francesas, mas através de traidores da Pátria, liberais ressentidos com a permanência do monarca no Novo Mundo. Os revoltosos demandavam o retorno de Dom João e o rebaixamento do Brasil do status de reino ao de uma mera província.

Dom João acabaria cedendo às pressões e retornando, entretanto, sem antes deixar o herdeiro do Império, Dom Pedro, aqui no Brasil, lhe dando um último recado: “Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros.”. Dito e feito: Os impasses de 1821 e 1822 entre portugueses e brasileiros levou à um clima de tensão generalizada. A tentativa de fragmentação

do Brasil em províncias menores e o desrespeito das cortes liberais para com o regente Dom Pedro, acabaram por impulsionar a emancipação política entre os dois Reinos.

Ao contrário do que acontecera na América Hispânica, onde a cisão foi unilateral, vinda exclusivamente dos “aventureiros”, caudilhos locais que buscavam consolidar seu poder com o vazio deixado pelas Guerras Napoleônicas dentro da Espanha que resultou na queda de seu monarca, no Brasil, a cisão foi bilateral: Tanto o Reino Portugal quanto o Reino do Brasil se tornaram incompatíveis no contexto do Reino Unido, uma vez que ambos se tornaram rivais, disputando tanto politicamente quanto economicamente o protagonismo. A saída para tal impasse acabou sendo a emancipação de nossa pátria, levada a cabo por Dom Pedro, coroado Imperador em 1822, Imperador do recém-fundado Império do Brasil.

Capítulo II:

O Primeiro Reinado

Com a independência, uma série de novos problemas viriam a assolar o jovem Brasil independente. Foi ao custo de centenas de milhares de réis utilizados para pagar os armamentos e as dívidas contraídas durante o processo, e de outras centenas de milhares de vidas ceifadas de norte a sul durante um sangrento conflito que nosso país se viu livre das garras dos liberais portugueses. Entretanto, seria de dentro da pátria que emergiriam novas lideranças liberais demandando por poder político e transformações abruptas na nação.

Liberais Radicais buscavam a imposição de um regime republicano, e não raramente desejavam a fragmentação do Brasil em diversas republiquetas, inspirados pelos aventureiros da América Hispânica. Liberais moderados buscavam reformas no sistema monárquico, com a redução do poder real e o fortalecimento do recém-formado Parlamento. Conservadores almejavam a preservação de elementos da Monarquia Portuguesa, que seguia um modelo tradicional. Foi seguindo um meio-termo entre os conservadores e liberais moderados que Dom Pedro I acabou fundando a base do Império: A Constituição.

Atropelando o primeiro projeto constituinte, de domínio liberal, Dom Pedro viria a outorgar a primeira Constituição, apoiada nas experiências francesa e espanhola dos anos 20 e no pensamento político de Benjamin Constant, procurando conciliar os princípios do liberalismo à manutenção da estrutura socioeconômica e da organização política do Estado que

emergira da Independência, focado na manutenção da estrutura agrário-escravocrata e do sistema monárquico.

O reinado de Dom Pedro I seria marcado por fortes instabilidades. Pouco após a poeira advinda da crise da constituinte baixar, com a supressão da Confederação do Equador, movimento revolucionário republicano e separatista que se opôs ao projeto constituinte de Dom Pedro, o novo Império se via abalado por duas novas crises - A morte de Dom João VI, levantando a questão da sucessão ao trono português, e a Guerra da Cisplatina, conflito no sul entre os recém-formados Império do Brasil e Províncias Unidas do Rio da Prata.

A crise desencadeada pela morte de Dom João, fez com que Dom Pedro I acabasse tendo de lidar com questões tanto brasileiras quanto portuguesas, o que reaviveu as tensões do período da independência e desgastou a imagem do Imperador diante da população, das forças armadas e da classe política. Enquanto isso no Prata, o impasse no conflito, na qual o Brasil não conseguia invadir Buenos Aires e os platinos não conseguiam furar o bloqueio naval brasileiro, levou a um armistício seguido por um acordo de paz mediado pelos britânicos, no qual a então província Cisplatina se desligava do Império, formando a República Oriental do Uruguai.

Não bastando as tensões externas, internamente o Brasil vivia uma forte crise econômica, a crise do interciclo, com a perda de espaço nos mercados do açúcar, ocasionados pelo aumento da concorrência internacional desde o século XVII, e da extração mineral com o esgotamento das reservas minerais por conta do extrativismo predatório desmedido. Para piorar, a figura do Imperador se via cada vez mais desmoralizada entre o povo, sendo marcada por casos extraconjugais e boatos de agressões domésticas contra a Imperatriz, que viria a falecer em 1826. O clima se tornou tão insuportável que em Dom Pedro viria a abdicar o trono em abril de 1831, após 9 anos de reinado.

Antes de abdicar em prol de seu filho, Dom Pedro II, na época com 5 anos, Dom Pedro I buscou garantir com uma das principais lideranças militares, Francisco de Lima e Silva, a defesa da integridade territorial do Brasil, a preservação do regime monárquico e a manutenção da dinastia Imperial dos Bragança. Terminado seus assuntos no Brasil, Dom Pedro parte para Portugal junto da nova Imperatriz buscando reconquistar o trono das mãos de seu irmão e garantir a sucessão de sua filha, Maria da Glória, ao trono português. Acabava-se o Primeiro Reinado e iniciava-se o turbulento Período Regencial.

Capítulo III:

As Regências

Com a saída de Dom Pedro I, o Brasil se via com um grande vácuo de poder deixado pela perda de seu Chefe de Estado, o Imperador. O futuro monarca estava com apenas 5 anos de idade, incapaz de assumir o trono, com a Chefia de Estado sendo então reservada, por força da lei, a uma regência integrada por três representantes, que viria a passar por diversas transformações na década que se seguia. As agitações políticas, econômicas e sociais, marcariam o período, que viria a ser relembrado posteriormente como o “Ensaio da República”.

No âmbito das regências, iniciava-se em 1831 a Regência Trina provisória, que duraria até a eleição de uma nova Regência Trina, desta vez, permanente. Ambas se provaram ineficientes, uma vez que foram completamente incapazes de suprir o vácuo deixado pela saída do Imperador, com partidários da restauração de Dom Pedro I protestando ativamente na capital e revoltosos se levantando contra as regências portadas nas províncias, do norte à sul. Durante a Regência Trina Permanente, a maioria liberal aprovou alterações que buscavam limitar as prerrogativas do Poder Moderador, visando dar um maior protagonismo ao Parlamento no futuro Segundo Reinado. Além disso, foi criada a Guarda Nacional, inspirada no modelo francês, tendo a intenção de conter as revoltas que emergiam no Brasil.

Os liberais comandariam a política nacional até 1838, ano em que o conservador Araújo Lima venceria a segunda eleição da Regência Una, modelo que viria a substituir a Trina

em 1835. Durante o governo conservador, os ditos avanços liberais foram ou desfeitos ou minimizados, como no caso do Ato Adicional de 1834, que visava importar princípios do federalismo norte-americano e acabou sendo inutilizado pela Lei de Interpretação do Ato Adicional promulgada em 1840.

Enquanto conservadores e liberais brigavam na política, grande parte das províncias se via abandonada, não reconhecendo a autoridade dos regentes. Foi nesse contexto que viriam a emergir por todos os cantos do Brasil diversas revoltas contestatórias do poder federal no Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul, o aumento dos impostos no charque promovido pelos regentes faria com que a província declarasse independência do resto do Brasil, com a justificativa de que tal aumento agravaria ainda mais a situação desleal de concorrência com os argentinos e uruguaios. Na Bahia, escravos muçulmanos desejavam realizar uma Guerra Santa no que viria a ser conhecido como Revolta dos Malês, além da proclamação de independência da província que formou a então República Bahiense. No Maranhão e no Pará, revoltas separatistas também viriam a eclodir, com quase um terço do país em guerra civil.

Com a incapacidade da regência em impedir a fragmentação do país, conservadores e liberais passaram a discutir uma possível antecipação da maioridade de Dom Pedro II, que estava com 14 anos em 1840, uma vez que haviam perdido toda a fé na sua capacidade de governar o país por conta própria. Assim, em julho de 1840, Dom Pedro II era reconhecido como maior de idade, podendo assim assumir o trono como Imperador. Era o começo do Segundo Reinado.

Capítulo IV:

A Consolidação

Os primeiros anos de Dom Pedro II como Imperador foram marcados pela estabilização do país. Se antes liberais e conservadores guerreavam pelo poder, agora, havia um sentinela vigilante, de cuja severidade todos se temiam a que, acesa no alto, guardava a redondeza, como um farol que não se apaga, em proveito da honra, da justiça e da moralidade gerais, parafraseando Rui Barbosa.

Entre 1840 e 1850, durante o processo de estabilização, o governo imperial empreendeu esforços nas campanhas de restaurar a competitividade da economia, reformar o campo político-institucional e principalmente, apaziguar os conflitos internos para garantir a integridade territorial do Brasil, tão ameaçada durante as regências.

Em 1844 era aprovada a Tarifa Alves Branco, que dentre outras coisas, extinguiu os benefícios alfandegários para os ingleses advindos do Período Joanino, e regulava as taxas aduaneiras para 30% sobre produtos importados sem similar nacional, e 60% sobre produtos com similar nacional. Tais medidas, apesar da resistência de empresários britânicos e de importadores nacionais, acabaram por alavancar o crescimento de novas atividades econômicas nacionais, além de reduzir o déficit fiscal gerado desde a independência.

Foi também neste período que a produção cafeeira iniciada ainda no Primeiro Reinado e durante o Período Regencial, na Baixada Fluminense e no Vale do Paraíba, começou a fazer

um rápido sucesso, especialmente pensando na exportação para o mercado europeu, se mostrando um investimento altamente rentável, que marcaria a economia do Segundo Reinado e posteriormente da Primeira República.

Em 1845, a última das grandes revoltas separatistas chegava ao fim, com o Tratado de Poncho Verde, que pacificava o conflito entre as tropas imperiais e os revoltosos farroupilhas. No acordo, assinado pelo pacificador Luís Alves de Lima e Silva, na época Barão de Caxias, o governo imperial incorporava as tropas rebeldes no exército regular, sanava a dívida pública provincial e perdoava os revoltosos. Tais medidas serviriam para garantir a lealdade da porção mais ao sul do país, que viria a ser palco de disputas novamente, desta vez com argentinos e uruguaios.

Em 1847, o Imperador Dom Pedro II viria a criar o Conselho de Ministros, órgão que aconselharia o imperador a dirigir o Brasil, em alguma medida espelhada no parlamentarismo britânico, porém, com as suas ressalvas, uma vez que no caso brasileiro, o Imperador, e por sua vez os poderes Executivo e Moderador, seriam hierarquicamente superiores ao poder Legislativo e ao Parlamento, permitindo a consolidação do Poder Moderador como instrumento de freio e contrapeso para garantir a harmonização dos demais poderes em função do bem-estar da nação.

Em 1850, viria a ser aprovada a Lei Eusébio de Queirós, que visava a abolição completa do tráfico de escravos da África até o Brasil através do Oceano Atlântico. Tal medida vinha sendo postergada desde a independência, por conta da dependência da produção interna na mão de obra escrava. Entretanto, com o aumento do combate inglês no Atlântico ao tráfico negreiro, que desde a promulgação da Lei Bill Aberdeen, e com pressões internas vindas diretamente do Imperador, que se mostrava contrário ao tráfico de escravos, em 1850 tal prática era definitivamente

abolida, ato que viria a impulsionar a imigração de povos europeus ao Brasil posteriormente, na segunda metade do século XIX. O Brasil iniciava a década de 60, com sua integridade territorial mantida, com a economia em crescimento e com um indicativo de que reformas sociais estavam para acontecer. Era o começo dos Anos Dourados do Império Brasileiro.

Capítulo V:

O Auge

Os Anos Dourados do Império começavam bem - o café, produto que começava a ganhar destaques na década anterior, decolava no mercado internacional. Internamente, com a abolição do tráfico negreiro, produtores do Vale da Paraíba deram uma nova dinâmica para a produção cafeeira, integrando novas tecnologias e novas formas de plantio, aliadas a uma renovação da mão de obra, passando a adotar gradativamente a mão de obra livre advinda da imigração.

Os produtores paulistas, com o grande lucro que obtinham, passaram a investir em novas modalidades produtivas, especialmente na indústria e no comércio urbano. Nesse contexto, grandes industriais, como Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, começaram a emergir no cenário nacional. Esta nova burguesia industrial brasileira, passou a financiar a integração do território através da implantação de ferrovias no Brasil, com o objetivo de transportar a produção agrícola do país com maior velocidade. Como consequência, as atividades econômicas brasileiras passaram por uma forte diversificação, que estimulou a urbanização e o crescimento populacional.

Na política externa, a estabilidade obtida com a atuação de Dom Pedro II e a grande rede de infraestrutura interna obtida com a industrialização, permitiu que o Império deixasse de ser um agente passivo no contexto internacional, passando a ter papel ativo, como na vitória diplomática contra o Império Britânico na Questão Christie e com o expansionismo comercial e béli-

co em direção à região da Bacia do Prata.

Visando eliminar a influência brasileira na região, os líderes Juan Manuel de Rosas, da Confederação Argentina, e Manuel Oribe, candidato à presidência da República Oriental do Uruguai, realizaram um conchavo político, que resultou na eleição de Oribe, estopim para uma intervenção brasileira em ambos países.

Com a vitória no que viria a ficar conhecido com a Guerra do Prata, o Brasil consolida sua hegemonia na Bacia do Prata e garante a manutenção da estabilidade na região, ganhando dois novos aliados pela força de suas armas. Entretanto, as tensões no Prata não estavam completamente resolvidas e nova organização geopolítica entre os países da região viria a servir como base para um futuro conflito na região, a Guerra do Paraguai, o mais sangrento dos conflitos na América Latina.

Capítulo VI:

A Guerra

Até a década de 1840, o Paraguai vivia completamente isolado do resto dos países da região, fruto da política de isolamento empenhada pelo seu primeiro ditador, José Gaspar Rodríguez Francia, que chegou ao poder após um breve período de anarquia. Durante quase 30 anos, a emigração e a imigração foram proibidas e o país vivia em um regime autossuficiente na agricultura e com o desenvolvimento das primeiras manufaturas. Tal política contribuiu para a preservação do caráter homogêneo do povo paraguaio e de seu espírito de independência.

Francia foi sucedido, em 1840, por Carlos Antonio López, líder paraguaio que buscou reformular o país, abandonando o isolacionismo. Durante seu governo, ele buscou modernizar as forças armadas do país, tendo em vista o retorno das questões fronteiriças com a Argentina e o crescimento das tensões entre esta e o Brasil, se aliando aos brasileiros no conflito da Guerra do Prata. Entretanto, tal aliança viria a ruir nas décadas seguintes, uma vez que seu filho e sucessor, Francisco Solano López, retornaria da Europa com novos ideais belicistas e expansionistas, rejeitando alianças tanto com o Brasil quanto com a Argentina, se aliando desta vez com os Blancos do Uruguai.

A política externa na região tornava-se um barril de pólvora prestes a explodir, e o seu estopim foi a intervenção brasileira em apoio aos Colorados contra o líder Blanco Atanásio Cruz Aguirre, que vencera as eleições e ameaçava novamente os interesses brasileiros na região. A aliança entre López e Aguirre

resultou na invasão paraguaia na província do Mato Grosso. Iniciava-se a Guerra do Paraguai.

O conflito, que tinha tudo para ser curto, acabou levando mais tempo do que o esperado. A primeira ofensiva paraguaia, contra o Brasil e posteriormente contra a Argentina, demorou a ser repelida, e a invasão do Paraguai demandou muitos recursos e ceifou milhares de vidas, dadas as condições do campo de batalha e à brutalidade do conflito. Com a captura de Assunção, capital paraguaia, Caxias deixa o posto de comandante, com o novo militar a ser indicado para o cargo sendo o então príncipe consorte do Império, Luís Filipe Gastão de Orleans, o Conde d'Eu, que foi responsável pela finalização do conflito com a execução de Solano López em batalha.

Os resultados da guerra foram catastróficos - milhares de mortos e feridos, desequilíbrio orçamentário e no Tesouro brasileiro e o fortalecimento das Forças Armadas, que saíam vitoriosas do conflito e começariam a buscar protagonismo na política nacional a partir da década de 1870. A guerra serviu para moldar a identidade nacional de todos os países da região, e consolidou a posição do Brasil como o grande protagonista da América do Sul.

Capítulo VII:

A Crise

Em 1870, chegava ao fim a Guerra do Paraguai. O Brasil saía do conflito consolidando uma estabilidade econômica e paz social interna nunca antes vista, gozando de considerável prestígio internacional, tornando-se uma potência emergente do período. No entanto, alguns setores da sociedade estavam insatisfeitos com os rumos que o Brasil estava tomando.

Na década de 80 o Imperador, no auge de sua popularidade, cada vez mais afastava-se da política, dando espaço para sua herdeira, Dona Isabel. Junto com a popularidade, crescia no imperador o desânimo e a falta de entusiasmo, com o mesmo mais interessado em viajar e conhecer o mundo, como Pedro de Alcântara, do que permanecer como o vigilante das instituições públicas, como Dom Pedro II. Enquanto a atuação do Imperador diminuía cada vez mais, três grandes crises viriam a eclodir no Império entre 1870 e 1889 - A Questão Religiosa, a Questão Abolicionista e a Questão Militar.

As relações entre o Brasil e a Santa Igreja Católica eram tão antigas quanto a própria existência do país. Durante a independência e a criação da Constituição, o Brasil viria a preservar o Regime do Padroado, como herança lusitana, o que dava ao Imperador controle sobre o clero e assuntos eclesiásticos, além do direito de exercer o “beneplácito”, ou seja, nenhuma ordem do papa poderia vigorar no Brasil sem antes ter sido aprovada por ele.

Entretanto, em 1872, seguindo as ordens do papa Pio IX,

punindo os religiosos que apoiavam a maçonaria, os bispos de Olinda e de Belém entraram em conflito com o Imperador, que recusara tal medida papal, sendo condenados a quatro anos de prisão. Mesmo com o perdão imperial vindo em 1875, o episódio viria a abalar profundamente as relações entre Estado e Igreja, com o Império perdendo o apoio de um dos seus principais pilares.

Desde 1850, com a abolição do tráfico negreiro, a causa abolicionista viria a ganhar força por todo o país, principalmente nos núcleos urbanos. Visando apoiar tal movimento, o Império viria a empreender a campanha de uma abolição gradual, promulgando inúmeras leis ao longo dos anos visando dar um fim à escravidão. O fim definitivo viria pelas mãos de Dona Isabel, em 1888, com a promulgação da Lei Áurea. O Brasil deixava de ter escravos, no entanto, o custo foi a perda do apoio dos grandes cafeicultores e latifundiários, classe que dominava a economia brasileira na época.

Durante a Guerra do Paraguai, o Império planejava, através da aprovação do projeto montepio, indenizar mutilados e as famílias dos militares mortos durante o conflito. Porém, em 1883, tal indenização ainda não havia sido paga, o que levou ao protesto público de militares através do tenente-coronel Sena Madureira, que resultou em punições, como a perda do direito de militares darem declarações à imprensa sem prévia autorização imperial. Junto ao descaso da classe política para com o Exército, a instituição começou a sentir-se desprezada pelo governo, entendendo que o mesmo mantinha preferência pela Marinha Imperial.

Tal conjuntura viria a resultar na aproximação de militares do Exército com ideais republicanos e positivistas, que no contexto da perda de apoio dos setores religiosos e econômicos, acabaria levando ao Golpe de 1889. O Império deixava de viver seu apogeu e passava a cavar sua própria cova.

Capítulo VIII:

A Abolição

No dia 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, como regente do Império, assinaria a Lei Áurea, dispositivo legal que formalmente abolia a escravidão no Brasil. Tal ato de Dona Isabel fora apenas o desfecho de um longo processo de abolição gradual empreendido pelo Império desde 1850, com a extinção formal definitiva do tráfico transatlântico de escravos.

Em 1871, mais de duas décadas após a Lei Eusébio de Queiroz, era sancionada, também pelas mãos de Isabel, a Lei do Ventre-Livre, que a partir da data de sua promulgação, promovia a concessão da alforria às crianças nascidas de mulheres escravizadas no Brasil. Em 1885, 14 anos depois, era promulgada a Lei do Sexagenário, que previa a garantia de liberdade aos escravos com 60 anos ou mais, cabendo indenização para os antigos proprietários. Ambas as leis demonstravam o caráter gradualista de abolicionismo do Império, o que irritava abolicionistas mais calorosos que desejavam uma abolição imediata.

A Família Imperial, que desde Dom Pedro I mostrava-se contra a perpetuação do regime escravocrata, teve papel fundamental na promoção do movimento abolicionista, sendo próxima de figuras como André Rebouças, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Mesmo com a impossibilidade constitucional de intervir diretamente na abolição, Dona Isabel participou ativamente das campanhas abolicionistas, abrigando escravos fugidos dentro do Paço Imperial e pagando alforrias tanto com investimentos privados quanto públicos. Opositores defendiam

que a abolição era um “desejo pessoal do Imperador, e não o desejo da nação”.

A abolição em 1888 viria a impulsionar positivamente o país no que dizia respeito à vinda de novos imigrantes, especialmente da Alemanha e da Itália, recém-unificadas. O aumento do trabalho assalariado, junto com a consolidação dos imigrantes nestas terras, resultou no aumento da urbanização da sociedade e no aparecimento de um incipiente mercado interno para bens de consumo popular no país, fortalecendo e estimulando a industrialização emergente no Brasil.

Mesmo com os cuidados do Imperador para evitar um fratricídio semelhante ao norte-americano, o gradualismo na abolição não foi capaz de impedir os impactos políticos que viriam com a promulgação da Lei Áurea. O Império perdia o apoio dos grandes latifundiários paulistas, motores da economia nacional, que se sentiam abandonados pela monarquia por não serem indenizados com a Lei Áurea, tornando-se republicanos de última hora. O Império via seus principais pilares de sustentação ruir, e a Crise do Segundo Reinado só aumentava - A monarquia estava prestes a cair.

Capítulo IX:

A República

Em 1889, a grande parte dos antigos apoiadores da monarquia no exército, veteranos da Independência e heróis da Guerra do Paraguai, haviam perecido - Marquês do Herval falecera em 1879. Duque de Caxias falecera em 1880. Almirante Barroso em 1882. O único que havia restado era Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré.

A nova classe militar que emergia após a Guerra do Paraguai não havia vivenciado os horrores da Regência, vendo a figura do monarca com cada vez menos prestígio. Insatisfeitos com os rumos políticos que o Império estava tomando, com o apoio intelectual de uma minoria política positivista, passaram a articular a deposição do Imperador e a instauração de um regime republicano.

Impregnados pela mentalidade positivista, os republicanos buscavam disseminar as suas ideias à qualquer custo, no entanto, sem sucesso - A ideia de república não era aceita pela maioria da população brasileira, sofrendo forte resistência do povo, leal ao Imperador. Sendo assim, a única maneira de chegarem ao poder seria por meio de um golpe de estado, apoiados pelos outros setores sociais insatisfeitos com o Império, como os latifundiários do Vale da Paraíba e os militares do Exército insatisfeitos com o governo.

Nesse contexto, a última esperança dos republicanos era o marechal Deodoro da Fonseca, herói da Guerra do Paraguai. Deodoro vivia um conflito interno, contrastando entre a sua fide-

lidade e amizade com o imperador e a sua insatisfação com o desprestígio da monarquia em relação ao exército. Utilizando-se da figura de Deodoro, os republicanos começariam a colocar seu plano em ação.

No início de novembro de 1889, Solon Ribeiro, major republicano, passou a espalhar uma série de boatos falaciosos a cerca de possíveis prisões de membros do corpo militar, visando cooptar Deodoro para a liderança do futuro golpe. O plano deu certo - As tropas, revoltadas, se rebelaram nos quartéis, e as tentativas do Presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Ouro Preto, de apaziguar a situação, vieram a falhar.

Ouro Preto, que defendia um plano de governo liberal visando “inutilizar a República, defendendo a adoção do federalismo nas províncias e o início de uma reforma agrária, acabaria sendo deposto na manhã do dia 15 de novembro de 1889, pelas tropas lideradas por Deodoro.

No entanto, mesmo dissolvendo o ministério, a República ainda não havia sido proclamada. Temendo uma reconciliação entre Deodoro e o Imperador Dom Pedro II, algo fatal para o movimento republicano, os golpistas deveriam atuar rapidamente, uma vez que um golpe mal-sucedido aniquilaria as pretensões republicanas.

Contrariando as expectativas de que partiria para se encontrar com o Imperador, Deodoro viria a se retirar para sua casa, estando com a saúde bastante debilitada. Aproveitando-se do estado de Deodoro, os republicanos viriam a redigir o documento que implantaria definitivamente a República, utilizando-se novamente de boatos para coagir Deodoro. Desta vez, ao entardecer, dirigindo-se para a casa de Deodoro, inventaram a história de que Dom Pedro II colocaria no lugar de Ouro Preto na presidência do gabinete ministerial o político gaúcho Gaspar Silveira Martins, inimigo mortal de Deodoro.

Na realidade, pensando que o objetivo dos revolucioná-

rios era apenas depor Ouro Preto, Dom Pedro II nomeou José Antônio Saraiva para a sucessão ao cargo, porém já era tarde demais - Deodoro já havia se juntado aos rebeldes e assinado o documento republicano, prosseguindo mais tarde até à frente da câmara municipal, onde proclamou e consolidou o golpe.

Na improvisada cerimônia, na ausência de símbolos nacionais que representassem o novo regime, utilizaram de elementos de outras nações, tais como o hino revolucionário francês e uma bandeira igual à dos Estados Unidos, utilizando as cores do império. Em Petrópolis, D. Pedro II recebe a notícia do golpe militar e, estando com a sua saúde debilitada, foi expulso junto à sua família no dia seguinte, aceitando o ultimato republicano temendo revoltas populares e uma potencial guerra civil.

Assim, às pressas, a família imperial foi expulsa do país, partindo para o exílio no dia 17 de novembro. Por um golpe de sorte, o Império do Brasil chegava ao fim e a República “Provisória” iniciava-se. Era a consolidação da revolução no Brasil, que sacrificava o Terceiro Reinado de Dona Isabel em prol do secularismo, laicismo e positivismo, princípios que passariam a reger o Estado brasileiro a partir de então.

Capítulo X:

O (possível) Terceiro Reinado

E se o golpe no dia 15 de novembro nunca tivesse ocorrido? E se o Imperador tivesse retaliado o golpe e respondido com um contra-golpe, como desejavam os membros da marinha? Pensar em um mundo no qual o Império não fora derrubado, com o Terceiro Reinado de Dona Isabel ocorrendo é um experimento mental que ajuda a compreender aspectos e eventos que não são verificáveis ou testáveis, uma vez que não ocorreram. Quais seriam os rumos de nossa nação? É impossível saber, entretanto, é possível estipular as possibilidades com base no que ocorreu - cartas e registros deixados pelos envolvidos, como Ouro Preto e Isabel, e na vida dos mesmos durante o exílio.

Os últimos anos do reinado de Dom Pedro II seriam marcados por reformas de cunho financeiro em sua maioria, uma vez que o Imperador rejeitava mudanças políticas abruptas. Ouro Preto propunha uma maior autonomia municipal, como forma de responder às demandas provinciais por um sistema federalista, o fomento à imigração em maior escala, para repor a mão de obra escrava que havia sido abolida em 1888, ampliação dos direitos eleitorais, reduzidos com a Lei Saraiva em 1881, além de reformas no Conselho de Estado e a extinção dos cargos vitalícios no Senado. Ouro Preto defendia que tais reformas viriam como uma forma de inutilizar a República, uma vez que supriam justamente as pautas defendidas pela maioria dos republicanos do Partido Republicano Paulista (PRP).

Dom Pedro II faleceu em 1891, 3 anos após o golpe.

Provavelmente o Imperador não viveria muito mais do que viveu em nossa história tradicional, uma vez que estava com a saúde debilitada, em grande parte por conta da diabetes. Com a sua morte, o Império seria comandado por uma mulher, desta vez não mais como regente, mas sim como Imperatriz. Dona Isabel assumiria a chefia de Estado com sua idade variando entre 40 e 50 anos. Possivelmente reinaria até o período entre as duas Grandes Guerras Mundiais, de 1918 à 1939.

O Reinado de Isabel era, ou poderia ter sido, a chance do Brasil se manter como potência durante o século XX. Enquanto o foco da Primeira República foi em perpetuar os conchavos políticos responsáveis pela manutenção do status econômico do Brasil, em benefício das oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais, recorrendo constantemente à censura e à repressão de populares e opositores através do exército, o possível Terceiro Reinado seria marcado por inúmeras reformas de caráter social e econômico, que chegariam ao Brasil apenas nos anos 30, com a Era Vargas.

A suposta carta de Dona Isabel endereçada ao Visconde de Santa Victoria, antigo sócio de Mauá, descrevia os objetivos de Isabel em seu futuro Reinado - Na questão da abolição, estava a organizar um fundo com a intenção de indenizar os antigos cativos, tanto financeiramente quanto na doação de terras pelo Estado. Na questão religiosa, previa a reaproximação do Brasil à Santa Igreja Católica, procurando desfazer os erros de seu pai nesse sentido. Na questão eleitoral, desejava expandir as reformas de Ouro Preto, dando maior autonomia municipal e ampliando a participação popular.

É possível presumir também, pela aproximação de Isabel com empresários e engenheiros, como o próprio Santa Victoria e André Rebouças, que a mesma desejava ampliar a rede de infraestrutura ferroviária interna, além de subsidiar e alavancar a indústria nacional.

O Terceiro Reinado, como citado anteriormente, era a última oportunidade que o Brasil teve de rivalizar com Estados Unidos e Europa. A história não só do Brasil como do mundo inteiro poderia ter seguido para um rumo completamente distinto. Entretanto, devemos lembrar que mesmo não ocorrendo, as implicações defendidas por Isabel são pautas do movimento no qual integramos agora. É dever da Causa Monarquista lutar pelo legado de Dona Isabel, assim como o povo de Canudos lutou, os revoltosos da Armada lutaram, e nossos antepassados históricos da Ação Imperial Patrianovista Brasileira lutaram.

ANEXOS PARTE I



Desembarque de Cabral em Porto Seguro.

*Óleo sobre tela, autor: Oscar Pereira da Silva, 1904.
Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.*



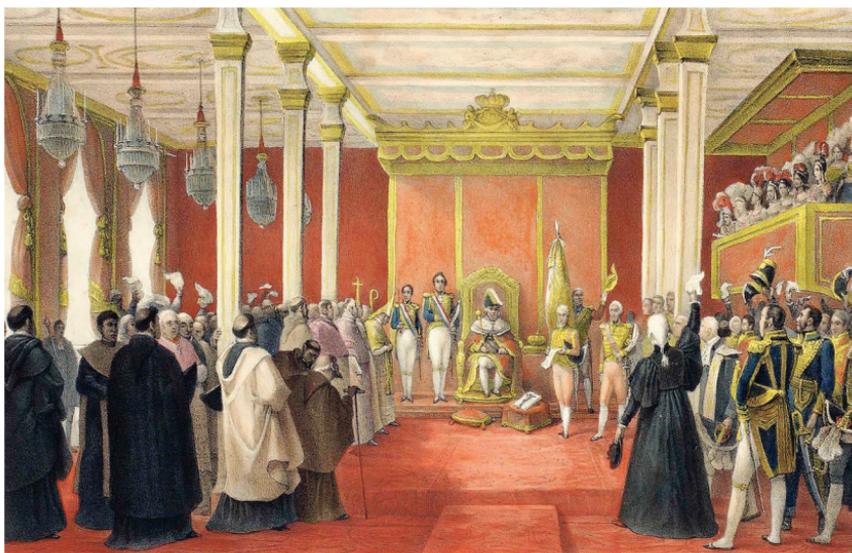
Elevação da Cruz em Porto Seguro.

*Óleo sobre tela, autor: Pedro Peres, 1879.
Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.*



Embarque da Família Real Portuguesa para o Brasil.

*Óleo sobre tela, autor desconhecido, século XIX.
Acervo do Museu Histórico e Diplomático, Rio de Janeiro.*



Aclamação do Rei Dom João VI, no Rio de Janeiro.

*Autor: Jean Baptiste Debret, 1835.
Voyage pittoresque et historique au Brésil.*



Independência ou Morte, o Grito do Ipiranga.

*Óleo sobre tela, autor: Pedro Américo, 1888.
Museu Paulista, São Paulo.*



A coroação de Dom Pedro I.

*Óleo sobre tela, autor Jean Baptiste Debret, 1828.
Acervo Artístico do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.*



Dom Pedro I entrega sua carta de abdicação ao Major Frias.

*Óleo sobre tela, autor: Aurélio de Figueiredo, 1911.
Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.*



Cena de Batalha no Sul do Brasil.

*Óleo sobre tela, autor: Oscar Pereira da Silva, data desconhecida.
Coleção Particular.*



Aclamação de Dom Pedro II em 9 de abril de 1831.

Óleo sobre tela, autor: Jean Baptiste Debret, 1831.

Revista Nossa História, Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.



O ato de coroação de Dom Pedro II.

Óleo sobre tela, autor: François-René Moreau, 1842.

Acervo do Museu Imperial, Petrópolis.



Aclamação de Dom Pedro II durante a Questão Christie.

*Óleo sobre tela, autor: Victor Meirelles, 1864.
Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.*



Inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II.

*Óleo sobre tela, autor: François-René Moreau, 1858.
Acervo do Museu Imperial, Petrópolis.*



Batalha do Riachuelo, durante a Guerra do Paraguai.

*Óleo sobre tela, autor: Victor Meirelles, 1882.
Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.*



O Imperador e seus dois genros, o Duque de Saxe-Coburgo-Gota e o Conde d'Eu, na Campanha do Alegrete.

Autor: Maximo Alvès, 1865. L'illustration journal universel.



Juramento da Constituição pela Princesa Isabel como regente.

Óleo sobre tela, autor: Victor Meirelles, 1875.

Acervo do Museu Imperial, Petrópolis.



Assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 1888.

Óleo sobre tela, autor: Victor Meirelles, 1888.

Acervo Banco Itaú, São Paulo.



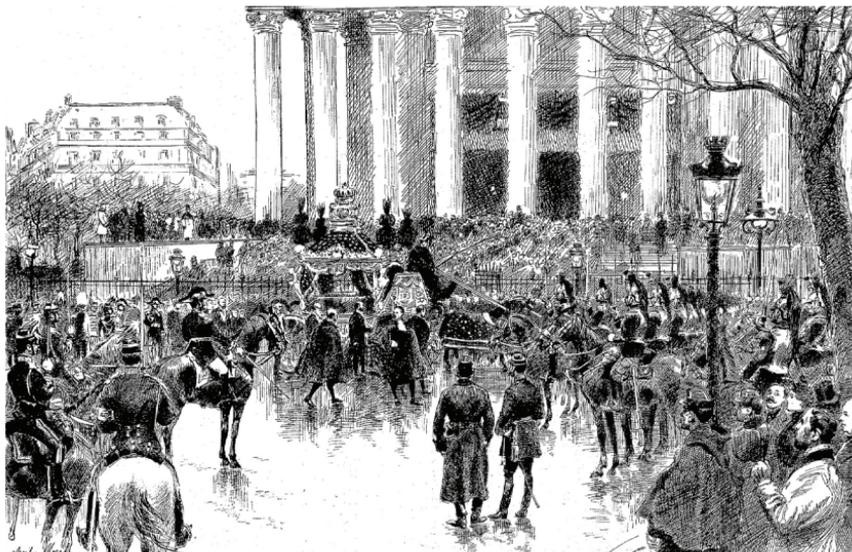
A Proclamação da República e o Golpe do 15 de Novembro.

*Óleo sobre tela, autor: Benedito Calixto, 1893.
Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.*



Dom Pedro II recebendo a ordem de banimento.

*Óleo sobre tela, autor: Albert Chapon, 1892.
Museu Antonio Parreiras, Petrópolis.*



Funeral de Dom Pedro II, Imperador do Brasil.

Autor: Charles Morel, 1891. L'Univers illustré, Paris.



Família Imperial brasileira reunida no castelo d'Eu em exílio.

Fotografia de 1918.

PARTE II

A FAMÍLIA IMPERIAL BRASILEIRA

Capítulo I:

A Casa Imperial do Brasil

Uma Casa Real, ou neste caso, Imperial, nada mais é do que o termo utilizado para referir-se à realeza, reinante ou não, que possui direitos hereditários, históricos e políticos na sucessão da Chefia de Estado de um determinado território. Tal realeza é composta por uma Família Imperial, no caso do Brasil, em razão do título de seus governantes, cujos membros fazem parte da sucessão do Estado, caracterizando uma Dinastia.

A Família Imperial é a instituição que representa a tradição histórica da nação. Seu sangue constituiu e constitui nossa formação federativa e portanto exercendo seus poderes como governantes ou não, ainda sim estão conectados historicamente com a formação de nosso país. Ademais, em virtude da posição assumida pelo príncipe regente por ocasião da Independência, foi-se delegada, através do Capítulo IV, Título V da Constituição Imperial de 1824, perpetuamente e exclusivamente as funções do Estado à descendência do Fundador do Império.

Portanto, é um fato que tanto a Tradição, resultado da sucessão dinástica histórica desde os tempos do descobrimento, quanto a Constituição, fruto da reprodução da doutrina outrora vigente em Portugal, legitimam e dão as bases para a sucessão do trono. Nesse sentido, o atual regime republicano é ilegítimo historicamente, uma vez que abandona as raízes que fundaram e consolidaram o Brasil, abraçando doutrinas seculares, materiais e estrangeiras que por natureza conflitam com o conceito de Brasil.

“Em 1822 não se escolheu a monarquia por motivos doutrinários, mas por uma questão de fato. Ninguém pensou na melhor forma de governo, mas na melhor solução par o caso brasileiro. A teoria vem depois, para justificar a solução que os antigos adotaram por verem nisto o melhor caminho”.

“Para que o ideal da neutralidade do Estado no seio da sociedade seja uma realidade, impõe-se a hereditariedade do poder supremo, pois um magistrado eleito terá sempre seus compromissos partidários, de origem, de classe,..... Daí a posição singular da Dinastia é que não se escolhe um homem e, sim, uma família, quando se adota o sistema monárquico, e como todo privilégio limita tanto a ação dos seus detentores como a dos demais, a posição especial da Dinastia não visa unicamente a separação dos príncipes, para conservá-los fora da condição comum; mas, e também, eliminar os efeitos socialmente desastrosos da concorrência e da intervenção das “pessoas reais” na vida particular dos cidadãos. Um rei, afinal de contas, é uma espécie de prisioneiro de seus privilégios e prerrogativas”.

João Camilo de Oliveira Torres,
em “A Democracia Coroada”

A Família Imperial Brasileira tem sua origem na Família Real Portuguesa, tendo Dom Pedro I como seu fundador. Com o casamento de D. Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, com o príncipe Gastão de Orleans, conde d’Eu, em 1864, a Casa Imperial associou-se à Casa de Orleans, que compõe a Casa Real de França. Iniciou-se, assim, um novo ramo dinástico do Brasil: Orleans e Bragança. Sendo assim, a Dinastia Imperial descendia tanto de Dom Afonso, primeiro Duque de Bragança, quanto de Hugo Capeto, primeiro monarca da Casa de Capeto.

A formalização do Ramo Dinástico dos Orleans e Bragança viria a ocorrer no dia 26 de abril de 1909, com a assinatura da Declaração de Bruxelas. Tal documento surgiu após os esforços do Conde d’Eu em reaver seus direitos à sucessão do Trono Francês, como neto do Rei Luís Felipe I, garantindo assim aos seus filhos exilados a condição de Príncipes da Casa da França.

No que diz respeito ao tratamento para com os membros da Casa Imperial do Brasil, a Constituição de 1824 determinava que o herdeiro do trono tinha o título de Príncipe Imperial e o seu primogênito, o de “Príncipe do Grão-Pará” e o tratamento de “Sua Alteza Imperial” (S.A.I.). Os demais recebiam o título de “Príncipe” sem outras especificações, e o tratamento de “Alteza”. Com a Declaração de Bruxelas, reconheceu-se os filhos do Conde d’Eu como “Príncipes de Orleans e



Brasão da Casa de
Orleans e Bragança

Bragança” em uma Casa distinta da Casa Real da França, mas com Honras de Príncipes da Casa de França e tratamento de “Sua Alteza Real” (S.A.R.). Portanto, atualmente, os príncipes do Brasil herdeiros do trono na eventual restauração, recebem o tratamento de “Sua Alteza Imperial e Real” (S.A.I.R.), com a união do tratamento Imperial e Real, por poderem ser tanto herdeiros do Brasil (Ramo de Vassouras) quanto da França (Ramo de Petrópolis).

É importante destacar que, para compreender a situação dinástica brasileira atual, é fundamental conhecer os rumos que a Casa Imperial do Brasil tomou, indo desde sua fundação até os desdobramentos no exílio e o retorno para o Brasil.

Capítulo II:

Dom João VI

Dom João VI, batizado como João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança, cognominado O Clemente, fora Regente do Reino de Portugal e Algarves, fundador do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e Imperador Titular do Império do Brasil. Nascido em Lisboa, Portugal, no ano de 1767, Dom João viria a ser o fundador do Brasil, responsável por construir as bases de nossa nação. Segundo filho de Dona Maria I e Dom Pedro III de Portugal, viveu sua infância e formação como apenas um infante, uma vez que seu irmão mais velho, Dom José, era o o primogênito e herdeiro do trono. Mesmo assim, seguindo as tradições, teve instrução em letras, ciências, música, equitação, história, religião, legislação, língua francesa e etiqueta.

Casou-se em 1785 com a infanta espanhola Dona Carlota Joaquina, filha do futuro rei Carlos IV de Espanha. Em 1788, sua vida até então pacata teve uma grande reviravolta - Seu irmão mais velho, Dom



O infante Dom João VI
Autor desconhecido, século XVIII.

José, herdeiro aparente do trono, faleceu aos 27 anos de varíola. Com a morte do irmão, Dom João passava a ser o herdeiro do trono português. Não obstante, em 1792, em documento assinado por dezessete médicos, sua mãe, Dona Maria I, foi declarada incapaz de gerir o Reino, uma vez que havia sucumbido mentalmente após a morte do primogênito. Dom João assumiria o controle do Reino como Príncipe-Regente em 1792.

O período de Dom João como regente, e posteriormente monarca, foi fortemente influenciado pelo tumultuado momento em que ocorreu. Assumindo o poder em um contexto familiar caótico, com a morte de seu irmão e a incapacitação de sua mãe, teve de lidar com a constante intromissão nos assuntos do reino de nações mais poderosas, como a Espanha, em razão de seu casamento, França, motivada pelo expansionismo revolucionário de Napoleão, e Inglaterra, nação que buscava utilizar Portugal como ponta de lança nos conflitos europeus que emergiam na virada do século.

Em 1806, a situação internacional atingia parecia chegar a um ponto crítico. A França Napoleônica decretava o Bloqueio Continental visando isolar a Inglaterra de seus aliados e sufocar o comércio externo inglês. Dom João se via no meio do fogo cruzado, tendo de negociar com ingleses, antigos aliados, e franceses, potenciais agressores. No ano seguinte o destino de Portugal parecia ter sido definido - Em acordo com a Espanha, a



O regente Dom João, junto às tropas
Domingos Siqueira, 1803.

França de Napoleão pretendia invadir o Reino, destronar a Família Real e dividir o território.

Dom João, na iminência de uma invasão francesa, optou por transferir a Corte e a Família Real para o Brasil, deixando os invasores franceses a “verem navios”. Enquanto diversas monarquias de tradições quase milenares sucumbiram perante a Revolução, trazida através das armas da França Napoleônica, Portugal encontrava a sua sobrevivência no Brasil, com a transferência de todo o corpo administrativo para o Novo Mundo.

Aqui no Brasil, Dom João deixou uma marca duradoura, criando inúmeras instituições e serviços que sedimentaram a autonomia nacional, tornando-o o mentor do moderno Estado brasileiro. No Rio de Janeiro, Dom João viria a fundar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, elevando nossa pátria à categoria de Reino, tornando-se monarca *de facto* em 1816, com a morte de sua mãe. Em 1821, contra sua vontade, era forçado a retornar para Portugal buscando manter o controle sob a região, reconquistada após o domínio francês.

Em 1825, por meio do Tratado do Rio de Janeiro, reconhecia a independência do Brasil, confiando à seu filho, Pedro, o pleno exercício da soberania do império do Brasil, recebendo a titularidade de “Imperador do Brasil”. Voltando suas atenções para Portugal, Dom João foi alvo de inúmeras conspirações, vin-



*Retrato de Dom João VI
Domenico Pellegrini, 1805.*

do desde revolucionários liberais, até de sua própria esposa e filho. Pouco tempo depois, em 1826, Dom João viria a falecer, envenenado por arsênio, nomeando sua filha, a infanta Isabel Maria, como regente pouco antes de morrer. Sepultado no Mausóleo dos Reis de Portugal, a infanta assumiria imediatamente o governo interino e Dom Pedro era reconhecido como legítimo herdeiro, como Dom Pedro IV de Portugal.

Capítulo III:

Dom Pedro I

Dom Pedro I, batizado como Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim, cognominado no Brasil como O Libertador, fora o primeiro Imperador Brasil, aquele que canalizou os anseios do povo na independência, sendo posteriormente Rei de Portugal e Algarves como Dom Pedro IV.

Nascido em Lisboa, Portugal no ano de 1798, batizado como Pedro de Alcântara, em homenagem a São Pedro de Alcântara. Dom Pedro I aos 3 anos se tornava o herdeiro aparente de seu pai, Dom João, com a morte prematura de seu irmão. Em Portugal, Pedro e seus irmãos viveram junto de sua avó, Dona Maria I, no Palácio de Queluz, uma vez que seus pais, Dom João e Carlota Joaquina, estavam afastados desde 1802, se vendo apenas em ocasiões de Estado.

Dom Pedro viria ainda cedo para o Brasil, com pouco mais de 9 anos, junto com a Corte em decorrência da invasão francesa de Portugal. Por estas terras, passaria a viver



O infante Dom Pedro I
Agustín Esteve y Marqués, 1800

junto ao pai e o irmão Miguel, no Paço de São Cristóvão, afastando-se cada vez mais de sua mãe, pela qual era bastante ressentido dada as experiências de traição, abandono e negligência vividas na infância. Graças a tais vivências, Dom Pedro moldaria uma personalidade energética e impulsiva.

A educação de Dom Pedro I englobava desde estudos gerais em matemática, lógica, economia, política, história e geografia, até estudos linguísticos, com o mesmo conseguindo ler e escrever em português, latim, francês e inglês, sendo capaz de entender também alemão. Entretanto, Pedro não se demonstrava um bom estudante, frequentemente dispensando seus instrutores para realizar atividades que lhe agradavam mais. Nesse contexto, desenvolveu habilidades de equitação, música e desenho.

Em maio de 1817, Pedro viria a se casar por procuração com a arquiduquesa Leopoldina da Áustria, filha do imperador Francisco I da Áustria. Deste casamento, nasceria os futuros monarcas de Portugal e Brasil - Dona Maria II e Dom Pedro II. Tal casamento fora bastante infeliz - Enquanto Leopoldina amava incondicionalmente seu marido, o Pedro era constantemente flagrado em casos extraconjugais, o que viria a desgastar a imagem do futuro Imperador. O ápice da crise conjugal seria o constante caso de Dom Pedro com Domitila de Castro, a futura Marquesa de Santos.



Retrato de Dom Pedro I
Autor desconhecido, século XIX.

Em 1821, com o retorno de Dom João e da Família Real para Portugal, Pedro viria a se tornar Regente do Brasil, sob as ordens de seu pai. Enquanto regente, procurou acalmar os ânimos populares, exaltados com as revoluções nos vizinhos hispânicos e com as constantes demonstrações de desrespeito vindas das Cortes Liberais de Portugal para com o Brasil. Pedro passaria a canalizar os anseios populares que clamavam pela independência. Em setembro de 1822 era coroado Imperador do Brasil.

Em seu reinado, manteve uma postura digna de um déspota esclarecido. Ao mesmo tempo que promoveu medidas liberais como a Constituição, sustentou um posicionamento autoritário ao outorgar a mesma. Um exemplo deste comportamento dual era o costume do Imperador em rebater sob um codinome as acusações dos opositores publicamente em jornais e folhetins.



O Imperador Dom Pedro
Henrique José da Silva, 1824.

Em 1826, morria Dona Leopoldina, Imperatriz consorte do Brasil, enquanto o país vivia um momento turbulento em todos os aspectos. A morte da Imperatriz abalou profundamente o Imperador, que arrependido e ressentido procurou tornar-se uma pessoa melhor, abandonando as amantes e buscando por um novo casamento. O segundo casamento do Imperador se deu com a princesa Amélia de Leuchtenberg, após 2 anos procurando por uma nova pretendente, tendo em vista que a sua reputação tanto interna quanto externa estava abalada. Amélia era bon-

dosa e amorosa com os filhos do Imperador, e o mesmo nunca mais teve quaisquer casos e manteve-se fiel à nova esposa.

A situação do Imperador no Brasil era insustentável, com o mesmo renunciando em 1831 em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, futuro Dom Pedro II. Retornando para Portugal, empreendeu uma sangrenta Guerra Civil contra seu irmão, Dom Miguel, visando assegurar o reinado de sua filha Dona Maria II.

Após a vitória no conflito, Dom Pedro viria a falecer em 1834, aos 35 anos, em decorrência do desgaste ocasionado pela guerra. Em 1972, seu corpo retornou para o Brasil, acompanhado de grande pompa e honras dignas de um chefe de estado, sendo sepultado no Monumento à Independência do Brasil em São Paulo.

Dom Pedro I, apesar das crises, deixou como legado a independência - se nossa terra não foi rasgada em pequenas repúblicas inimigas, onde apenas anarquia e espírito militar prevalecem, nós devemos muito à resolução que ele tomou em ficar entre nós, em realizar o primeiro grito por nossa independência.



Dom Pedro em seu leito de morte
José Rodrigues Primavera, 1834.

Capítulo IV:

Dom Pedro II

Dom Pedro II, batizado como Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, cognominado como O Magnânimo, fora o segundo e último Imperador Brasil, aquele que ao mesmo tempo fora responsável pela consolidação do Império, permitiu que o mesmo sucumbisse posteriormente, uma vez que o regime tornou-se dependente de si.

Nascido do Paço de São Cristóvão, no Rio de Janeiro em 1825, fora batizado, assim como seu pai, em homenagem a São Pedro de Alcântara, sendo em 1826 reconhecido como o herdeiro do Império, por ser o único filho do sexo masculino de Dom Pedro I a sobreviver à infância. Não bastando ter perdido a mãe com apenas um ano de idade, viria a perder o pai em 1831, uma vez que este renunciou e partiu para Portugal junto de sua nova esposa, madrastra de Dom Pedro II.

Visando preparar o futuro monarca, cuja sobrevivência do país dependia de sua formação, seus tutores pre-



O jovem Pedro e suas irmãs
Félix Émile Taunay, 1834.

gavam uma rotina intensa e desgastante, com o objetivo de moldar valores e princípios diferentes do de seu pai, imprudente e muitas vezes irresponsável. Enquanto estudava e desenvolvia um grande gosto pela leitura e pelos estudos, a infância de Dom Pedro II foi marcada por ter sido solitária e infeliz - A perda prematura dos pais e o limitado contato com suas irmãs viriam a moldar a personalidade tímida e carente do pequeno Imperador.

Com a iminente fragmentação do país, teria sua maioridade antecipada em 1840, sendo aclamado, coroado e consagrado no ano seguinte como Imperador, tendo pouco mais de 14 anos de idade. Desde cedo em seu reinado Dom Pedro II demonstraria dedicação ao cargo que exercia, realizando inspeções diárias pessoais e frequentes visitas a repartições públicas.

Entretanto, dada a pouca idade, Pedro ainda era bastante inseguro e facilmente manipulável por facções políticas que desejavam utilizar-se da inexperiência do monarca, fato que só viria a mudar com o amadurecimento do Imperador.

Em 1843, Dom Pedro II casaria-se com Dona Teresa Cristina, relacionamento este que apesar da decepção inicial do Imperador com relação à aparência da Imperatriz, seria marcado por uma grande cumplicidade e afetividade, especialmente com o nascimento dos filhos, Afonso, Isabel, Leopoldina e Pedro. Contudo, a vida do monarca não seria fácil - Ambos herdeiros masculinos viriam a falecer ainda na infância, devastando o Im-



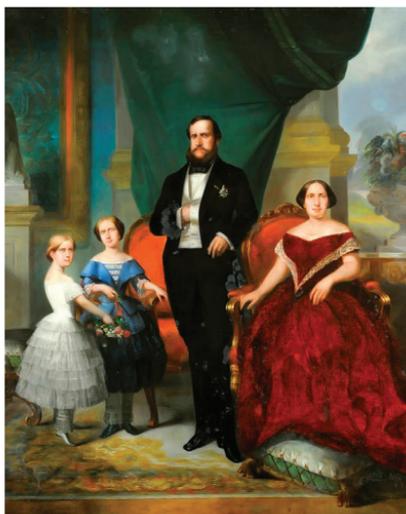
Dom Pedro aos 24 anos
François-René Moreau, 1850.

perador. Apesar de confiar às suas filhas uma educação excepcional, Dom Pedro II passaria a acreditar que, com a perda de seus filhos homens, o sistema imperial estaria condenado a ruir com sua morte.

Entre as décadas de 50 e 60, o Império foi se consolidando e fortalecendo, muito graças ao amadurecimento do Imperador. Dom Pedro II defendia o abolicionismo gradual, pauta que viria a apoiar durante todo seu reinado. A atuação do Imperador era baseada na cooperação entre as forças políticas, no poder econômico e na aclamação popular, diferenciando-se das demais monarquias europeias, que variavam entre figuras cerimoniais e autocratas governistas.

Mesmo com o fortalecimento do partidarismo com a adoção de uma monarquia parlamentar, o Imperador ainda guardava resquícios das monarquias tradicionais, atuando como mediador, tanto reinando quanto governando, através dos mecanismos do Poder Moderador.

Atrás da figura imponente do Imperador, estava a pessoa de Pedro de Alcântara, um amante das ciências e das artes. O Imperador encontrava refúgio para sua posição na leitura e nos estudos, se interessando por diversas temáticas, que iam desde filosofia, sociologia e antropologia, indo até teatro, música e poesia. Além destes, Pedro estava sempre por dentro dos assuntos ligados aos avanços tecnológicos da época, sendo o respon-



A Família Imperial
François-René Moreau, 1857.

sável por trazer inúmeras novidades como o telefone.

O mecenas Dom Pedro II, como era conhecido, ao longo de seu reinado manteve uma longa rede de contatos com figuras importantes da época, como inventores, pensadores e políticos. Nesse contexto, a educação era um dos principais focos nacionais, com o Imperador utilizando de seus conhecimentos pessoais e do apoio de seus contatos para inaugurar institutos, escolas e teatros. A popularidade do monarca apenas aumentava, e os desgastes do mesmo para com seu cargo de Imperador também.

Na década de 70, o Império passou pela sangrenta Guerra do Paraguai. Apesar de vitorioso, a postura do Imperador de monitorar presencialmente o conflito levou a um envelhecimento precoce do mesmo, que aos 40 anos aparentava ter mais de 60. Tal desgaste se deu pelo fato de Dom Pedro ter se preocupado tanto com o esforço de guerra, no recrutamento de tropas e na

produção de suprimentos, quanto na política, coordenando os partidos em prol da campanha militar. Ao final do conflito, o Imperador estava cansado do cargo, e passaria a permitir uma maior participação de sua filha, Dona Isabel, na política, atuando como regente enquanto o mesmo partia para viajar pelo mundo e conhecer aquilo que até então apenas havia visto em livros e imagens.

O Imperador empreendeu uma série de viagens pelo mundo, passando pela Europa, Norte da África, Oriente Médio e



Dom Pedro em Uruguaiana
Edouard Vienot, 1868.

América do Norte. Em tais jornadas, o Imperador acumulou uma série de contatos, conquistando popularidade e prestígio internacional. Se passando discretamente como Pedro de Alcântara, Dom Pedro II faria vistorias e buscaria trazer os avanços observados nos demais países para o Brasil. Suas viagens para o exterior o fizeram ressentir o peso que lhe foi colocado nas costas quando criança, aos 5 anos de idade, quando assumiu o posto de herdeiro da nação. Se antes o Imperador desacreditava na sobrevivência do regime após sua morte, agora ele não tinha interesse sequer em mantê-lo durante seu tempo restante de vida.

Com a chegada da década de 80, o Dom Pedro II se via cada vez mais alienado e pessimista, um homem cansado do mundo. Ele permanecia fiel às suas responsabilidades como Imperador, entretanto, sem qualquer entusiasmo ou vontade. A nova geração de políticos, que cresceram em meio à estabilidade proporcionada pelo reinado de Dom Pedro II, consideravam agora a figura do monarca obsoleta, e apesar de minoria, o republicanismo ganharia força através do indiferentismo de Pedro. Com a saúde debilitada, muito por conta da diabetes, o Imperador viria a ser destronado em novembro de 1889 por uma minoria do exército ressentida com a administração do Gabinete Imperial.



A Fala do Trono
Pedro Américo, 1872.

Durante o golpe, o monarca se mostrou completamente sem emoção, rejeitando todas as sugestões para debelar a rebelião

feitas por políticos e militares. Aceitou sua deposição como uma aposentadoria - Agora finalmente o mesmo poderia descansar. No exílio, viria a perder a esposa nas primeiras semanas, se separando da filha, morando sozinho em Paris. Seus dois últimos anos de vida foram solitários e melancólicos, vivendo em hotéis humildes, com poucos recursos advindos de amigos.

Dom Pedro II viria a falecer em 1891, aos 66 anos, em decorrência de uma pneumonia.

Exilado, demonstrava em seus diários o desejo de retornar à sua pátria, o Brasil, retorno este que só viria a ocorrer na década de 1920. Fora enterrado junto com um pacote contendo terra de todas as províncias brasileiras, recebendo um funeral de Estado oferecido pelo governo francês.

O Imperador deixou como legado para o Brasil a própria sobrevivência da nação - se não fosse pela sua atuação firme como monarca, nosso país hoje jamais existiria.

Os conflitos internos entre o Imperador Dom Pedro II e o modesto Pedro de Alcântara foram o principal elemento responsável pela queda da monarquia. Apesar da falta de uma filosofia de regime, os aspectos positivos do reinado de Dom Pedro II viriam a prevalecer na história, o que justifica o grande apelo popular que o mesmo possui mais de um século após sua morte.



Último retrato do Imperador
Autor desconhecido, século XIX.

Capítulo V:

Dona Isabel e Conde d'Eu

Em outubro de 1864 viria a ocorrer o matrimônio entre Isabel de Bragança, filha de Dom Pedro II e herdeira do Império, e Gastão de Orleans, neto do último Rei da França, na Capela Imperial do Rio de Janeiro, união esta que marca o início da atual Casa Imperial do Brasil dos Orleans e Bragança.

Dona Isabel, nascida no Rio de Janeiro em 1846, era a filha mais velha de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina, sendo portanto, herdeira do trono com o falecimento de seus irmãos. Foi criada em um ambiente feliz e saudável, dramaticamente diferente daquele que seu pai e avô aviam sido criados. Assim como o pai, teve uma rígida educação, passando mais de nove horas por dia estudando temas variados como literatura, astronomia, história, política, geologia, filosofia, além de diversas línguas, visando prepará-la para assumir o trono.

Já Luís Filipe, Gastão de Orleans, nascido na comuna de Neuilly-sur-Seine em 1842, sendo filho de Luís, Duque de Némours e neto de



Isabel e Gastão recém-casados
Insley Pacheco, 1868.

Luís Filipe I, último Rei da França, pertencia à linha de sucessão Orleanista do Trono Francês. Como seu avô fora destronado na Revolução de 1848, viria a partir para o exílio junto de sua família com apenas 5 anos. Recebendo uma educação refinada e ampla, viria a seguir na carreira militar, atuando na Espanha e no Marrocos.

Seguindo o conselho de seu tio, Dom Fernando II de Portugal, viria ao Brasil averiguar a possibilidade de matrimônio com uma das filhas do Imperador Dom Pedro II, desembarcando no Rio de Janeiro em setembro de 1864 na companhia do primo, o príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota. Apesar de prometido à princesa Leopoldina, irmã de Isabel, viria a trocar os pares com seu primo, casando-se com Dona Isabel, uma vez que teria a achado mais bela e mais culta que a irmã.



O Casal Imperial
Karl Ernest Papf, 1877.

Casados, passariam quase seis meses na Europa durante sua Lua de Mel, até que em 1865 o casal se viria forçado a voltar em decorrência da Guerra do Paraguai. No Brasil, demonstraria grande interesse pela pátria, interesse este que o levaria a insistir ao Imperador que lhe desse permissão para atuar em defesa da nação na guerra. Viria a assumir o Comando dos Exércitos Aliados em 1869, com a saída de Caxias do cargo. Apesar de, assim como Caxias, achar indiguno e desnecessário continuar a guerra somente para caçar Francisco Solano López, aceitaria o cargo, reorganizando as tropas e

modernizando as táticas de batalha. Cumpriria sua missão em 1870, com a execução de López em batalha, sendo recebido no Brasil como herói e com grande celebração popular.

Seu casamento com Isabel seria pautado numa cumplidade até então incomum, com Gastão e Isabel demonstrando grande afeto um para o outro. Mesmo com as complicações iniciais para gerar um herdeiro, o primeiro filho do casal nasceria em 1875, sendo este batizado com Pedro de Alcântara em homenagem ao avô. Em 1878 nasceria Luiz e em 1881 Antônio. A família do Conde e Condessa d'Eu era bastante humilde, evitando eventos pomposos e futilidades da vida na nobreza.

O casal viria a participar pouco da política do Segundo Reinado, atuando durante as regências ocasionadas pelas saídas de Dom Pedro II. Mesmo com a pouca participação, esta participação seria fundamental para a história da

nação, com Isabel sendo a responsável por incentivar e sancionar as principais leis que extinguiriam a abolição no Brasil, angariando grande popularidade dentro do povo. Isabel e Gastão defendiam reformas sociais e a reaproximação com a Igreja Católica, pautas estas que trariam inúmeras desavenças para o casal dentro das forças armadas, imprensa e parlamento.

Durante os anos finais do Império, o casal seria alvo constante de difamações e calúnias levantadas por membros do Partido Republicano. A impopularidade artificial nutrida pela mídia



Isabel de Bragança, Gastão de Orleans, e seus três filhos, 1885.

contra Isabel e principalmente Gastão, forçaram o casal a focar na educação de seus três filhos, se afastando gradativamente da política. Em 1889 na ocasião do Golpe do 15 de Novembro, Gastão fora impedido pelo Imperador de contra-atacar os revolucionários, com ambos partindo para o exílio com o resto da Família Imperial.

No exílio, o casal se alojaria no Castelo d'Eu na Normandia, com seus três filhos seguindo para a carreira militar em Viena e com Isabel e Gastão realizando obras de caridade relacionados à Igreja Católica.

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, Luiz e Antônio atuariam no conflito pelo Império Britânico, falecendo pouco após o fim do conflito. A perda dos dois filhos abalaria profundamente o casal.

Em 1920, o Governo Republicano finalmente viria a revogar o banimento da Família Imperial. Entretanto, já debilitada, Isabel faleceria em 1821. Gastão morreu no ano seguinte no Rio de Janeiro enquanto estava no Brasil para as celebrações do centenário da independência, sendo enterrado junto da esposa. Seus restos mortais foram reenterrados em 1971 na Catedral de São Pedro de Alcântara em Petrópolis.

Apesar das difamações e ataques constantes contra o casal, ambos deixariam um grande legado para o Brasil - A sobrevivência da Dinastia Imperial e a abolição da escravidão.



O Casal Imperial no exílio em Paris, 1910.

Capítulo VI:

A Abdicação - Os Ramos Imperiais

Carta de Renúncia de Dom Pedro de Alcântara

“Eu o Principe Dom Pedro de Alcantara Luiz Philippe Maria Gastão Miguel Gabriel Raphael Gonzaga de Orleans e Bragança, tendo maduramente reflectido, resolvi renunciar ao direito que pela Constituição do Imperio do Brazil promulgada a 25 de Março de 1824 me compete à Corôa do mesmo Pais. Declaro pois que por minha muito livre e espontanea vontade d'elle desisto pela presente e renuncio, não só por mim, como por todos e cada um dos meus descendentes, a todo e qualquer direito que a dita Constituição nos confere á Corôa e Throno Brazileiros, o qual passará ás linhas que se seguirem á minha conforme a ordem de successão estabelecida pelo Art. 117. Perante Deus prometto por mim e meus descendentes manter a presente declaração.”

Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança
Cannes, 30 de outubro de 1908

A sucessão ao Trono do Brasil nem sempre fora tranquila. Durante o Período Regencial, cogitava-se substituir Dom Pedro II por alguma de suas irmãs; posteriormente, Dona Isabel teria que concorrer com seu sobrinho, Pedro Augusto, enquanto a mesma não possuía herdeiros.

Entretanto, nenhum destes casos fora tão grave quanto a abdicação ocorrida em 1908 - Pedro de Alcântara, primogênito de Isabel, renunciava seu direito à sucessão do trono em prol de seu irmão, Luiz Maria, por exigência de Dona Isabel em razão de seu casamento morganático com a condessa checa Elisabeth de Dobrzenicz, proveniente de uma família da baixa nobreza boêmia.

Sendo assim, o herdeiro presuntivo ao trono agora era Dom Luiz Maria, que por sua vez casou-se com Maria Pia de Bourbon-Duas Sicílias, esta pertencente à antiga Dinastia Reinante no extinto Reino das Duas Sicílias.

Com a morte prematura de Dom Luiz, seu primogênito, Dom Pedro Henrique, passava a ser o herdeiro presuntivo ao trono aos 12 anos, em 1921. Foi nesse contexto que o primogênito de Dom Pedro de Alcântara, Pedro Gastão, passou a reclamar os direitos ao trono perdidos por seu pai, iniciando uma cisão da Casa Imperial do Brasil.

Entretanto, na ocasião da morte de Dom Pedro de Alcântara em 1940, Dom Pedro Henrique já possuía 31 anos de idade



Pedro de Alcântara, primogênito de Isabel, século XX.

e 20 anos de chefia da Casa Imperial, posição consolidada e que dificilmente seria questionada pelos partidários de Pedro Gastão.

Apenas a partir de 1981, com a morte de Dom Pedro Henrique e a ascensão de seu primogênito, Dom Luiz Gastão, à chefia da Casa Imperial, é que novamente foram feitas reivindicações por parte de Pedro Gastão, que agora possuía maior destaque social, com a maioria de seus filhos casada com membros de outras Casas Reais, enquanto os descendentes de Dom Pedro Henrique tendiam a reclusão, ao celibato e à abdicação aos direitos dinásticos.

Com isso surgiam os dois Ramos Imperiais difundidos atualmente - Ramo de Petrópolis, formado pelos descendentes de Dom Pedro de Alcântara, e o Ramo de Vassouras, formado pelos descendentes de Dom Luiz Maria. Na eventualidade do Plebiscito de 1993, tal cisão contribuiu decisivamente para a derrota da Monarquia, uma vez que haviam dois pretendentes ao trono ao mesmo tempo, Pedro Gastão e Dom Luiz Gastão.

A morte deste último, em 2007, viria a encerrar as pretensões do Ramo de Petrópolis, uma vez que seus descendentes, Pedro Carlos e Francisco Humberto, consideraram-se republicanos e abandonaram a Causa Imperial, com os membros do Ramo de Vassouras consolidando a posição legítima de Herdeiros do Império.

Capítulo VII:

Dom Luiz Maria

Dom Luiz Maria, batizado como Luiz Maria Filipe Pedro de Alcântara Gastão Miguel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança, cognominado como “o Príncipe Perfeito”, fora o primeiro patriarca do Ramo de Vassouras, sendo o segundo filho de Dona Isabel de Bragança e Gastão de Orleans e herdeiro do Trono Brasileiro a partir da renúncia de seu irmão em 1908, trono esse extinto pelo Golpe Militar de 1889.

Nascido em Petrópolis, desde cedo desenvolveu uma personalidade forte e determinada e, ao contrário de seu irmão mais velho, Luiz tinha força de vontade, foco nos estudos e era ativo e perspicaz. Durante a infância, junto de seu irmão, atuaria na causa abolicionista publicando um pequeno jornal diretamente do Palácio de Petrópolis, experiência esta que revelava o grande interesse de Luiz pelas letras, área que se dedicaria enquanto adulto na publicação de diversos livros e textos.

Partido para o exílio ainda jovem, aos 11 anos, teve uma juventude marcada pelo



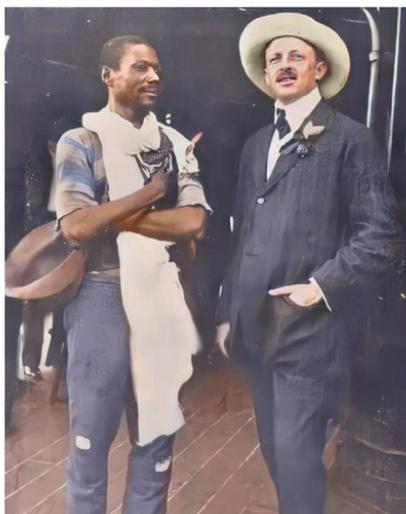
Retrato de Dom Luiz Maria de Orleans e Bragança, 1909.

trauma causado pela saída abrupta de sua pátria. Na maioria, viria a seguir na carreira militar em Viena assim como seus dois irmãos, concluindo posteriormente o serviço militar. Posteriormente em 1907, Dom Luiz desafiaria a Lei de Banimento, viajando para o Rio de Janeiro nas vésperas dos 19 anos desde a assinatura da Lei Áurea, causando um grande alvoroço na capital do Brasil. Mesmo impedido de desembarcar, sua presença não passaria batida, com inúmeros monarquistas demonstrando apoio ao Príncipe Exilado.

Em 1908, frente à renúncia de seu irmão, que não possuía vontade tampouco vocação para ser Imperador, tornaria-se Herdeiro do Trono, casando-se no mesmo ano com Maria Pia de Bourbon, sobrinha-neta de sua avó materna, Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias. Agora como herdeiro efetivo do trono, atrás apenas de sua mãe, Dom Luiz atuaria ativamente

para a causa monarquista, buscando desfazer reverter todo o mal causado pela inércia da Família Imperial diante dos golpistas em 1889. Defendia pautas como a descentralização política, o serviço militar obrigatório e a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e operários, pautas estas até então negligenciadas pelo Governo Republicano.

Em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, atuaria no conflito ao lado de seu irmão, lutando pelo Exército Britânico, uma vez que foram impossibilitados pelo Brasileiro e



Dom Luiz desafia a Lei do Banimento e visita o Rio, 1907.

pelo Francês em função destes estarem submetidos à regimes republicanos. Em 1915, combatendo nas trincheiras de Flandres e servindo como oficial de ligação, Luiz contraiu um tipo agressivo de reumatismo ósseo que o deixou debilitado e incapaz de andar. Retirado em estado grave das trincheiras, receberia diversas condecorações por sua brava atuação no conflito, enquanto recebia tratamento para a moléstia que o afetara durante a guerra. No entanto, a grave doença resistiria aos tratamentos realizados na época, com a saúde do Príncipe agravando cada vez mais, até sua morte em 1920.

Hoje tido como desconhecido por grande parte do público geral, Dom Luiz fora um grande exemplo para todos os monarquistas de sua época, inspirando e motivando a luta diária daqueles que se revoltavam perante a República em um momento marcado pela repressão e censura. Seu primogênito, Dom Pedro Henrique, assumiria o cargo de herdeiro deixado pelo pai aos 12 anos, sendo treinado desde cedo para a função por seus avós, Dona Isabel e Conde d'Eu e por seu tio, Pedro de Alcântara, que reconheceria o sobrinho como sucessor.



O Casal Imperial no exílio em Paris, 1910.

Capítulo VIII:

Dom Pedro Henrique

Dom Pedro Henrique, batizado como Pedro de Alcântara Henrique Astolfo Filipe Maria Gastão Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança e Bourbon-Duas Sicílias, primogênito de Dom Luiz Maria, fora o membro da Família Imperial que por mais tempo ocupou o cargo de Chefe da Casa Imperial, sendo Imperador de jure de 1921 a 1981, por quase sessenta anos.

Nascido no exílio, em 1909, na França, foi batizado com as águas levadas do Chafariz do Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, tradição criada pela Família Imperial no exílio visando suprir o afastamento forçado de sua pátria. Aos 11 anos, perderia o pai, vitimado pela Primeira Guerra Mundial, tornando-se herdeiro do trono atrás apenas de sua avó, que faleceria no ano seguinte. Em 1922, retornaria ao Brasil junto de seu avô e parte da família para as celebrações do Centenário da Independência, retornando pouco tempo depois para a Europa, a fim de concluir seus estudos.



Dom Pedro Henrique junto de sua avó Dona Isabel, 1910.

Aos 16 anos, em 1925, fora impedido de servir pelas Forças Armadas brasileiras, permanecendo na Europa concluindo seu ensino superior em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Sorbonne, na França. Em 1937, com pouco mais de 27 anos, casaria-se com a princesa Maria Isabel da Baviera, filha primogênita do príncipe Francisco da Baviera. Casando-se na capela do castelo de Nymphenbourg, em Munique, desafiaria o alto escalão do regime Nacional-Socialista alemão impedindo a presença dos mesmos na celebração do casamento, partido pouco depois para viver com sua esposa na França.

Desejando finalmente retornar ao Brasil, Dom Pedro Henrique fora impossibilitado de regressar em razão da eclosão da Segunda Guerra Mundial, evitando o conflito enquanto pode junto de sua família. Sobrevivendo à guerra, se alojaria no Brasil apenas em 1945. Em 1951, adquiriu uma propriedade rural no interior do Paraná onde criou e cuidou de seus 12 filhos junto de sua esposa. Vivendo como um agricultor, retornaria para o Rio de Janeiro em 1965, se instalando no município de Vassouras.

De volta ao Brasil, Dom Pedro Henrique se comunicaria ativamente com a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, principal movimento monarquista em atividade que defendia a instauração de um Império Orgânico e Católico. Aqui no Brasil consolidaria sua posição como Chefe da Casa Imperial, atuando ativamente na política brasileira e recusando



Retrato de Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, década de 50.

investidas por parte de setores das Forças Armadas interessadas na restauração da monarquia através de um Golpe de Estado.

Durante o Regime Militar, atuou na oposição, sempre discursando em prol de um retorno às raízes monarquistas em oposição à vilania republicana ditatorial. Apoiador da refundação da monarquia brasileira na forma de um Império Orgânico e Católico, era visto com muita popularidade pelo povo brasileiro, sempre sendo bem recebido em repartições públicas e em eventos de cunho monarquista que participava.

Em 1981, viria a falecer em Vassouras, aos 72 anos de idade, transmitindo o cargo de Chefe da Casa Imperial para seu primogênito, Dom Luiz Gastão. O funeral de Dom Pedro Henrique contou com a presença de centenas de monarquistas de todo o Brasil, além de diversos populares. Deixou como descendência 12 filhos, que destes, sete viriam a renunciar. Os cinco

restantes, ainda na linha de sucessão ao Trono Brasileiro, são o atual chefe da Casa Imperial, Dom Luiz Gastão, e seus irmãos Dom Bertrand, Dona Isabel, Dom Antônio e Dona Eleonora.

Dom Pedro Henrique legou para o Brasil sua luta pela restauração da monarquia não apenas como uma volta ao regime do passado, mas como uma refundação, fundamentada nos ideais defendidos pelos Patrianovistas. Em 60 anos como chefe da Casa Imperial, construiu as bases para o movimento monárquico atual que cresce cada vez mais.



Retrato de Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, década de 80.

Capítulo IX:

Dom Luiz e Dom Bertrand

Os irmãos Dom Luiz e Dom Bertrand são os atuais representantes máximos da Monarquia Brasileira. Dom Luiz Gastão é o Imperador de jure do Brasil, enquanto Dom Bertrand Maria é o atual Príncipe Imperial do Brasil. Nascidos ainda no exterior, em função da elevada das tensões que levariam à Segunda Guerra Mundial, na França, vieram ao Brasil cedo, Dom Luiz com 7 anos e Dom Bertrand com 4. Passaram grande parte da juventude no campo, na fazenda de seu pai no interior do Paraná, onde desenvolveram conhecimentos nas áreas de agronomia, equitação e caça, concluindo os estudos secundários no Rio de Janeiro.

Dom Luiz Gastão de Orleans e Bragança, primogênito de Dom Pedro Henrique, completou seus estudos superiores no exterior, na Universidade de Munique, onde cursou Química. Nas horas vagas que lhe proporcionava o rígido curso universitário, e durante os períodos de férias, em que viajou por toda a Europa, aproveitou o jovem Príncipe para tornar mais conhecido



Dom Luiz e Dom Bertrand junto de seus pais e seu irmão, década de 40.

o Brasil nos ambientes que frequentava, a saber, os círculos da mais alta nobreza europeia, e os meios universitários alemães, italianos e franceses. Retornando ao Brasil em 1967, passou a residir em São Paulo, onde assumiu a direção do Secretariado de seu Pai, já então residente na sua propriedade rural em Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

Dom Bertrand Maria de Orleans e Bragança, terceiro filho de Dom Pedro Henrique, diferentemente de seu irmão mais velho, completou seus estudos superiores aqui no Brasil, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, formando-se como advogado em 1964. Participou com entusiasmo, nos bancos acadêmicos, das pugnas ideológicas que marcaram o Brasil na primeira metade dos anos sessenta. Sua formação fora completada com frequentes viagens à Europa, e assim como seu irmão, procurou divulgar a nação brasileira nos locais onde frequentava no Velho Continente.

Ambos os irmãos tiveram esmerada formação católica, sendo orientados por seu pai para o gosto pelo estudo doutrinário e a análise dos acontecimentos nacionais e internacionais. A dedicação à causa monarquista e católica levaram os irmãos à participarem da extinta TFP - Tradição, Família e Propriedade, organização civil de inspiração católica tradicionalista fundada pelo escritor e jornalista católico paulista Plínio Corrêa de Oliveira. A ligação dos irmãos com o Tradicionalismo Católico os



Dom Luiz e Dom Bertrand pouco antes da Constituinte, 1987.

fizeram integrar o grupo fundador do IPCO - Instituto Plinio Corrêa de Oliveira, organização que sucedeu a TFP na defesa da luta por uma sociedade verdadeiramente cristã.

Com o falecimento de Dom Pedro Henrique, em 5 de julho de 1981, Dom Luiz ascendeu à condição de Chefe da Casa Imperial do Brasil, enquanto Dom Bertrand, seu imediato sucessor dinástico, assumiu a direção do Secretariado respectivo, com ambos os irmãos incentivando a atividade dos monarquistas disseminados pelo País e liderando uma campanha nacional para a eliminação da Cláusula Pétrea — dispositivo legal que desde a implantação da República vedava toda atividade e propaganda monárquica — aspiração finalmente acolhida na Constituição promulgada em 1988, a qual ademais convocou o Plebiscito de 1993 para determinar a forma e regime de governo a vigorarem no País.

Na vida privada, tanto Luiz quanto Bertrand assumem uma postura celibatária, dedicando-se integralmente à Causa Monárquica Brasileira. Ultimamente, Dom Luiz tem dedicado seu tempo à composição de memórias, registrando os acontecimentos e transformações que acompanhou em vida, uma vez que se encontra debilitado de saúde aos 81 anos de idade. Já Dom Bertrand, com seus 78 anos, é o atual porta-voz da monarquia, participando semanalmente de encontros, palestras e eventos em geral relacionados à Monarquia.



Imagem recente dos irmãos trajando as vestimentas imperiais.

Capítulo X:

Dom Antônio e Dom Rafael

Dom Antônio de Orleans e Bragança é o sétimo filho de Dom Pedro Henrique, e o único da linhagem masculina o qual realizou um casamento dinástico, com a nobre belga Dona Christine de Ligne. Nascido em 1850, já no Brasil, diferentemente de seus irmãos mais velhos, Dom Antônio recebeu uma formação semelhante à de Dom Luiz e de Dom Bertrand, orientado também por vosso pai para o gosto pelo estudo da doutrina da igreja e da análise dos acontecimentos históricos.

Em 1976, diplomou-se em Engenharia Civil, Área de Projetos de Grandes Estruturas, pela Universidade de Barra do Piraí, ligada ao complexo da Companhia Siderúrgica Nacional, trabalhando posteriormente mais de 8 anos como engenheiro no programa nuclear brasileiro. Além de sua formação acadêmica na área da Engenharia, é especializado em pintar aquarelas, com mais de 500 obras, retratando principalmente o período colonial brasileiro.

Casou-se em setembro de 1981 com a princesa



Dom Antônio e seu filho Dom Rafael no início da década passada.

Cristina de Ligne, fruto do casamento entre o Príncipe-Títular de Ligne e uma das princesas de Luxemburgo. O casamento foi celebrado na Igreja de São Pedro, com as bênçãos do papa João Paulo II. Deste casamento nasceriam quatro filhos - Dom Pedro Luiz, falecido em 2009, Dona Amélia, que renunciou seus direitos dinásticos para casar-se, Dom Rafael e Dona Maria Gabriela, estes últimos ainda na linha de sucessão ao Trono Brasileiro.

Dom Rafael, filho de Dom Antônio, assumiu o posto de seu irmão como herdeiro em 2009, com a trágica morte do mesmo no acidente aéreo do voo Air France 447. Nasceu no Rio de Janeiro em 1986, é o único filho de Dom Antônio que permaneceu no Brasil, uma vez que suas duas irmãs passaram a viver na Europa. Graduado em Engenharia de Produção pela PUC-RJ, mora em São Paulo, onde participa eventualmente de manifestações populares em apoio à monarquia.



Dom Antônio e Dom Rafael em evento realizado em 2019.

Atualmente, o Príncipe Dom Antônio ministra palestras, abordando especialmente questões históricas, divulgando também os ideais monárquicos em escolas, universidades e encontros monárquicos, sempre em consonância com o Chefe da Casa Imperial do Brasil. Dom Rafael, como o único membro masculino do Ramo de Vassouras nascido após 1950 ainda na linha de sucessão ao Trono, no momento busca por uma pretendente para casar-se, seguindo as regras dinásticas tradicionais. Ocasionalmente participam juntos de eventos monárquicos pelo Brasil.

PARTE III

A RESISTÊNCIA MONARQUISTA NO SÉCULO XIX

Capítulo I:

A Guarda Negra

A comunidade negra sempre possuiu um papel ativo na causa monárquica, sendo protagonista de inúmeros episódios de alta relevância para a causa. A concepção da Guarda Negra nasce junto da formação do Brasil como um Império independente de Portugal, quando foram voluntariamente lutar ao lado das tropas de Dom Pedro I como uma milícia organizada composta apenas por soldados e oficiais negros. Uma vez lutando ao lado do Imperador pela independência do Brasil, os oficiais negros passaram a agir espontaneamente como defensores leais do bem-estar de Dom Pedro, sendo eles os responsáveis por policiarem a cidade de Salvador durante a guerra da Cisplatina.

Inúmeros eram os negros atuantes no exercito brasileiro, como o renomado Cândido da Fonseca Galvão ou Dom Obá II D’Africa, filho do imperador africano Dom Obá I de Oyo. Dom Obá II se voluntariou para lutar no Paraguai pelo Brasil e sempre admirou e defendeu a monarquia brasileira até o final de sua vida, sendo amigo pessoal da Família Imperial, visitando de forma costumeira o paço imperial não como oficial do Exercito Brasileiro, mas como o príncipe africano que era. Com a proclamação da República, Dom Obá fora expulso das Forças Armadas e perseguido, vindo a morrer um ano após a Proclamação da República em 1890.

O fator crucial para a queda da monarquia foi a sucessão de más políticas adotadas pelo gabinete e pelo Imperador nos anos finais do império, como no caso da Questão Religiosa. Em 1870,

os maçons do governo traíram seu juramento de posse de jurar manter a religião Católica e, em nome da maçonaria, iniciaram uma série de perseguições contra a instituição da Igreja, uma vez que esta condenou e fora abertamente contrária a seita desde sua fundação. Maçons como o Barão de Rio Branco, utilizaram-se da máquina pública para condenar e prender injustamente bispos católicos, pressionando politicamente o Imperador para que desse seu aval, contrariando o posicionamento de sua filha, Princesa Isabel, esta abertamente favorável a Dom Vital e a Igreja Católica.

A negação de Dom Pedro II em se colocar ao lado da fé de seu povo, em nome do pragmatismo político e de seus ministros maçons, destruiu o maior pilar do Império e demarcou o início de seu fim. Com o desfecho da questão religiosa e com o início das tensões provocadas pela luta de Princesa Isabel contra a escravidão no Brasil, o Império politicamente se assemelhava a um verdadeiro barril de pólvora.

A instituição não mais podia contar com o apoio da Igreja e de seus bispos devido ao posicionamento de D. Pedro II durante a crise religiosa e tampouco podia contar com o apoio dos oligarcas e da maçonaria que viam a Princesa Isabel como uma potencial ameaça devido as suas políticas antiescravagistas, pró-sufrágio universal e abertamente católicas, não desejando que ela chegasse ao poder de forma alguma. O conflito interno entre diferentes setores da sociedade era perceptível a todos, incluindo ex-escravos, que em reação a uma potencial ameaça contra Princesa Isabel e a monarquia organizaram-se espontaneamente em uma milícia armada formada por capoeiras chamada de Guarda Negra.

A guarda organizou-se em 1888 de forma orgânica, pois, não possuía uma estrutura hierárquica centralizada, sendo nada além da pura manifestação espontânea de negros libertos contra a ameaça republicana que visava extinguir o legado planejado

pela Princesa Isabel.

Aguardavam ativamente contra comícios republicanos, dissolvendo-os a base da força e contava com cerca de 1500 membros que apesar de agirem na ilegalidade, contavam com o apoio aberto do primeiro ministro João Alfredo Correia de Oliveira e da própria polícia, que costumava fazer vista grossa para as ações da guarda, dando-os fuga na maioria das ocasiões, o que provocou a ira dos republicanos, limitando-os a encontros secretos, domiciliares ou em lojas maçônicas, por temor a guarda negra.

A Guarda possuiu vida curta, com apenas um ano de atividade, uma vez que em 1889 fora proclamada a República, que consigo trouxe intensas perseguições aos monarquistas, fato que levaria ao encerramento das atividades da guarda no ano seguinte à abolição. Seus membros foram caçados pelo novo chefe de polícia João Batista Sampaio Ferraz, sendo presos e levados ao presídio de Fernando de Noronha, isto quando não eram executados sumariamente por membros da polícia. Muitos membros da Guarda Negra com o seu fim, buscariam por asilo e proteção dentro da Marinha, antiga Armada Imperial, instituição que apesar da mudança de regime, permanecia leal ao Império e ao Imperador, protagonista de dois levantes nos anos que se sucederiam ao golpe de 1889.

Capítulo II:

A Fundação do Diretório Monárquico

Meses após o fim da Monarquia, Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, ao lado de outros simpatizantes da monarquia, como os ex-presidentes do Conselho de Ministros do Império João Alfredo Corrêa de Oliveira e Lafayette Rodrigues Pereira, organizam o Diretório Monárquico Brasileiro, um órgão incumbido pela Chefe da Casa Imperial, Dona Isabel, de orientar as ações dos monarquistas no Brasil. O Diretório viria a ser o primeiro núcleo monarquista a desafiar as leis de censura republicanas ainda no século XIX.

De certo modo, em todo período Imperial a liberdade de organizações e até a fundação de partidos republicanos foi concedida e mantida, entretanto, durante quase toda a história da República, os movimentos monarquistas foram categorizados como ilegais até pouco tempo atrás, situação que mudaria apenas com a Constituição de 1988. Até então, o regime republicano era Cláusula Pétrea, sendo impossível restaurar a monarquia pelas vias democráticas e populares.

O Diretório Monárquico do Visconde de Ouro Preto tinha contato direto com Princesa Isabel e com os demais membros da Família Imperial exilados na França, que assessoravam diretamente os rumos e ações do secreto movimento. Além disso, o Diretório fora instrumento de decisões importantes acerca da Dinastia Imperial, como a renúncia de Dom Pedro de Alcântara em nome de seu irmão Dom Luiz, sendo considerado como a instituição responsável por representar oficialmente o Império

durante o início da República.

Dentre suas ações, aproveitando-se da crise econômica ocorrida na década de 1900, ocorrida, dentre outros fatores, à abrupta mudança de regime e ao péssimo controle fiscal e cambial da gestão de Rui Barbosa, o Diretório mobilizaria setores da Marinha e da sociedade civil em levantes e revoltas que eclodiriam principalmente na capital do país, contestando a legitimidade do novo regime.

“A república brasileira, como foi proclamada, é um golpe, uma obra de iniquidade. A república se levantou sobre os broquéis da soldadeca amotinada, vem de uma origem criminosa, realizou-se por meio de um atentado sem precedentes na história e terá uma existência efêmera!”

Afonso Celso de Assis Figueiredo, 1890.

Capítulo III:

Os Levantes da Armada

A República nascia e junto a esta viriam diversas complicações. A falta de governança de Deodoro aliada a sua inaptidão em controlar os ministros e negociar com o Congresso o levariam a violar a recém-promulgada Constituição, ordenando o fechamento do Congresso. A falha tentativa de reproduzir o efeito mediador do Poder Moderador resultaria na eclosão do Primeiro Levante da Armada, no qual unidades da marinha, independentes de um possível sentimento monárquico, sob a liderança do almirante Custódio de Melo, sublevaram-se e ameaçaram bombardear a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República.

Forçado a renunciar, o Marechal Deodoro da Fonseca entrega seu cargo de Presidente para seu vice, Floriano Peixoto, o verdadeiro arquiteto do golpe republicano. A posse de Floriano Peixoto, ilegal segundo a própria Constituição dada a efemeridade do mandato de Deodoro, seria recebida pelos revoltosos como uma afronta. Em 1892, treze generais enviaram uma Carta Manifesto à Floriano exigindo novas eleições, com este respondendo com a força das armas, reprimindo duramente e ordenando a prisão dos envolvidos. Vendo que pelo discurso não seria possível remover Floriano, um grupo de altos oficiais da Marinha, composto por figuras como o bravo Marechal Saldanha da Gama, exigiu a imediata convocação dos eleitores para a escolha dos governantes.

A negação de Floriano Peixoto diante da decisão de ab-

dicar da presidência do Brasil fez com que a Armada, liderada por Saldanha da Gama, organizasse um segundo levante, desta vez para acabar de vez com a República e restaurar o legítimo regime monarquista no Brasil. Inicia-se então um intenso conflito armado entre a Marinha e o Exército, onde os revoltosos bombardearam inúmeras posições estratégicas do governo durante a Batalha da Ponta da Armação. Saldanha da Gama e sua revolta monarquista forçou o regime republicano a alterar temporariamente a capital do Rio de Janeiro para Petrópolis.

Previendo a derrota, Floriano Peixoto foi ao auxílio do banqueiro americano Charles Ranlett Flint, onde comprou navios sucateados americanos e mercenários para fazer frente a Marinha Brasileira liderada por Saldanha da Gama. Segundo Joaquim Nabuco, a esquadra comprada por Peixoto era composta pela *“a pior escoria de fibusteiros americanos”*.

A intervenção direta do governo estadunidense no conflito resultaria na derrocada do Segundo Levante da Armada, com o bloqueio marítimo levantado pelos revoltosos chegando ao fim, fazendo com que os marinheiros restantes fugissem para o sul do Brasil, onde se reorganizariam e lutariam novamente pela Monarquia e contra o regime de Floriano Peixoto ao lado dos Federalistas gaúchos, que liderados por Gumercindo Sarai-va avançavam pelo sul do Brasil rumo a capital.

Outra parte dos rebeldes, ao lado de Saldanha da Gama, aceitam o asilo político concedido pelo capitão de fragata do Reino de Portugal, Augusto de Castilho, o que foi recebido como um ultraje pelo Floriano Peixoto, que viria a romper as ligações diplomáticas com Portugal, acusando o capitão português de auxiliar “piratas” em sua fuga.

Apesar do asilo concedido pela Marinha Portuguesa, a fragata de Castilho, que se encontrava danificada, tornava-se incapaz de transportar os marinheiros monarquistas em segurança para Portugal, com Augusto de Castilho então auxiliando os

revoltosos liderados por Saldanha da Gama a reunirem-se com a outra parte do efetivo que se encontrava no sul, lutando lado a lado com os Federalistas.

A Revolta Federalista, que iniciou-se no Rio Grande do Sul contra o tirânico governo de Júlio de Castilhos, se espalhou rapidamente pelos três estados do sul do Brasil e resultou em mais de 10,000 combatentes mortos ao fim do conflito. O Bravo Almirante Saldanha da Gama liderava seu próprio contingente monarquista durante a revolta, composto por 300 soldados de infantaria e 100 marinheiros veteranos dos dois levantes da Armada.

O levante Federalista chegaria ao fim com a derrota na batalha de Campo Osorio, onde Saldanha da Gama lutou até o fim de sua vida, ao lado de seus irmãos de guerra e mar, sendo morto em combate, assim como Gumercindo Saraiva, liderança dos Federalistas morto em outro combate do levante. O restante das forças da resistência se reuniria pela última vez em Desterro, onde foram sumariamente executados pelas forças de Floriano Peixoto. Até hoje a cidade carrega o peso das mortes dos revoltosos da Armada em seu nome - Fora renomeada como Florianópolis, como uma mórbida homenagem ao sanguinário ditador.

“Saldanha da Gama, veterano da guerra do Paraguai, marechal da gloriosa marinha, preso pelo coração a causa monarquista será sempre lembrado com profundo respeito pelos membros da Ação Orleanista como o mais bravo mestre dos mares.”

Renan Menuzzier Castella, 2019.

Capítulo IV:

A Guerra de Canudos

“Sahiu Dom Pedro segundo para o Reino de Lisboa acabouse a monarquia o Brasil ficou atôa”

Canção popular entoada pelo povo de Canudos.

O ano é 1830, nasce em meio ao sertão nordestino, Antônio Vicente Mendes Maciel, na cidade de Quixeramobim, antiga Nova Vila de Campo Maior, na província do Ceará. A humilde origem de Antônio não fora um impeditivo que lhe privaria do conhecimento - Ainda jovem dedicou grande parte de sua vida aos estudos, se destacando dos demais moradores da pacata cidade de Quixeramobim por saber a ler e escrever desde a infância, ingressando em um curso do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre, onde obteve sua fluência gramatical em latim e francês.

Dedicado também a Igreja Católica, sempre demonstrou dedicação às missas, sonhando em se tornar um sacerdote. Seu livro preferido era “Carlos Magno” e, graças a criação católica, teve acesso a escritos de grandes padres da Igreja apologistas da Monarquia Tradicional, como Santo Agostinho e São Tomas de Aquino, sendo o último citado com frequência por Antônio em diversas ocasiões.

Com a morte de seus pais, Antônio é forçado a abandonar os estudos, passando a administrar o comercio local que

pertencia a sua família. Entretanto, não obteve sucesso na administração, falindo pouco tempo depois, fato que levaria Antônio a trabalhar como professor e posteriormente como rábula do povoado local. Em 1857 casaria-se com Brasilina Laurentina de Lima, e passa a viver uma vida relativamente boa, mudando-se frequentemente com a esposa buscando melhores mercados para seus ofícios. Porém, sua pacata vida passaria por uma grande reviravolta no momento em que descobre estar sendo traído por sua mulher.

O acontecido faz com que Antônio, humilhado e abatido, abandone a cidade e volte a dedicar-se a vida sacerdotal, repassando os ensinamentos católicos de São Tomas e aconselhando os pobres sertanejos que encontrava em suas peregrinações, auxiliando-os de acordo com os dogmas da Igreja Católica. Também promovia as boas ações religiosas, aconselhando os residentes do sertão a voluntariamente reconstruírem cemitérios, caíassem as Igrejas Católicas de branco e com isso, passou a ser conhecido como Antônio Conselheiro.

Sendo testemunha da mudança abrupta de regime, do Império para a República, encarou o novo governo como um ato de profanação pública contra a autoridade da Igreja Católica, instituição que havia coroado e legitimado os reinados de Dom Pedro I e Dom Pedro II, Imperadores que apesar de tudo, garantiam a religiosidade do Estado brasileiro, abolida pela República e pelo advento do laicismo de Estado.

Descontente com o caos político do recém-instaurado regime republicano, que encontraria sustento com base no aumento abusivo dos impostos sob a população, em especial a mais carente, Conselheiro começa a peregrinar pelo sertão, liderando uma enorme multidão de famintos, compostos por ex-escravos e sertanejos vítimas da grande fome, que se encontravam desamparados pela República e viam nas ideias de Antônio a esperança para uma vida melhor.

A péssima gestão do governo republicano, responsável pela fome dos sertanejos, somados ao sentimento de gratidão que os ex-escravos possuíam com a figura da Princesa Isabel e a posição abertamente monarquista e católica de Conselheiro, que apontava publicamente os erros republicanos por onde passava, tornou espontaneamente a organização política dos Conselheiristas como católico-monarquista.

Estima-se que o movimento de Conselheiro já contava com aproximadamente oito mil seguidores em 1890.

Ergue-se então em 1893, às margens do rio Vaza-Barris, o arraial de Canudos, refúgio para os peregrinos conselheiristas. Logo em sua fundação fora encarregado a construção da primeira igreja de Canudos, das 30 que Antônio jurou construir, a qual as ruínas estão preservadas até os dias de hoje.

Canudos, sob a liderança de Antônio, floresceu rapidamente e em pouco tempo os estimados oito mil conselheiristas se tornariam mais de vinte mil, com o arraial já contando com mais de cinco mil residências.

A resistência monarquista promovida pelos sertanejos foi curiosamente bem-sucedida e organizada, onde a prostituição era proibida, a fé católica era oficialmente professada e o comércio florescia. Possuíam inclusive uma força de segurança própria, chamada de Guarda Católica, liderada por Pajéu.

O arraial estabelecido pelos católicos monarquistas de Canudos se tornou não somente autossustentável, como também passou a exportar suas mercadorias oriundas da cabra como couro, leite e queijo para outras regiões do Brasil e para o exterior, como os Estados Unidos, rapidamente se tornando a segunda maior cidade da Bahia, tudo isso em menos de dez anos.

O rápido crescimento do arraial e sua recusa em não pagar impostos para o governo republicano passou a incomodar não só os comerciantes de outras cidades próximas que ficaram descontentes com a perda de mão de obra por conta do intenso

fluxo migratório da população pobre em direção a Canudos, como também a própria República, que via com desconfiança o crescimento de uma comunidade católica e monarquista no meio do sertão baiano.

Após um incidente entre sertanejos de Canudos e um comerciante que se negou a entregar toras de madeira, previamente pagas pela população do arraial, que resultaria em 15 soldados mortos após um intenso conflito, o Exército mobilizou-se para acabar de vez com o Arraial.

O Exército, sob ordens do governo republicano, sofreria duras derrotas iniciais perante a Guarda Católica de Canudos. O fiasco republicano diante do arraial fez com que a mídia, através do jornal “A República”, iniciasse uma série de difamações, como no artigo mentiroso e infundado de provas de que o Coronel Gentil José de Castro, dono na época de dois jornais monarquistas, teria financiado ativamente Canudos, enviando remessas de armas para Antônio Conselheiro organizar um levante monarquista no sertão.

A falsa notícia comoveu florianistas (como eram chamados os republicanos radicais) do Rio de Janeiro, que com o orgulho ferido invadiriam os jornais monarquistas “Liberdade” e “Gazeta da Tarde”, destruindo prensas, abalando a infraestrutura dos jornais, atirando documentos pelas janelas e incendiando-os em seguida. Tamanho fora o ódio incitado por republicanos que até as casas de monarquistas foram apedrejadas durante esse período.

“Trata-se da restauração da monarquia; conspira-se; forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parêlas com o mal. A monarquia arma-se? Que o presidente chame as armas os republicanos.”

Gazeta de Notícias, 1897.

Após três expedições fracassadas contra Canudos, onde o Exército sofreria duras derrotas e humilhações perante os sertanejos. Eliminar Canudos tornava-se uma questão de honra para os militares, que em abril de 1897 partiriam para a última expedição contra o arraial.

Em setembro, após meses de confronto intenso, o cerco contra Canudos finalmente conseguira eliminar o líder - Antônio Conselheiro falecia, e junto com este, o arraial, que fora incendiado sob ordens diretas do presidente Prudente de Moraes. Muitos sertanejos foram sumariamente executados, mesmo rendendo-se.

Mobilizando mais de 12 mil soldados, a Guerra de Canudos resultou na morte direta de mais de 25 mil pessoas - O povo humilde do sertão pagaria com suas vidas a consolidação da República no final do século XIX.

Capítulo V:

A Atuação do Diretório Monárquico

Após os turbulentos governos militares do que seria conhecido como a República da Espada, o Brasil era liderado pelo primeiro presidente não militar, o então recém-eleito Prudente de Moraes, que assegurou algumas liberdades de expressão para veículos de comunicação abertamente monarquistas e também concedeu anistia aos monarquistas exilados durante os desdobramentos ocasionados com o Golpe do 15 de Novembro.

Monarquistas podiam finalmente se organizar fora da ilegalidade, e sob a liderança do então Diretório Monárquico Brasileiro, organizaram uma frente política monarquista única, pautada no retorno e na coroação de Dona Isabel, a Redentora, colocando suas desavenças políticas que desde o período Imperial os segregavam de lado, pela primeira vez monarquistas liberais e tradicionais reuniram-se em prol de um projeto de país.

Em uma cerimônia organizada em virtude do aniversário de Dom Pedro de Alcântara, filho da Princesa Isabel, foi acordado entre a maioria dos monarquistas do Diretório a estruturação de um Partido Monarquista, investida mal vista pela mídia, de maioria republicana, que passou a propagar uma série de calúnias sobre o movimento, taxando-os falsamente de lunáticos, saudosistas e sebastianistas.

Em tom de afronta à República, junto ao VIº Aniversário da Proclamação é lançado o Manifesto do Partido Monarquista de S.Paulo, de autoria de João Mendes de Almeida, principal redator da lei do Ventre Livre, líder do Partido Conservador

durante o Período Imperial e fundador dos jornais “A Lei”, “A Opinião Conservadora”, “A Ordem”, “A Autoridade”, “A Sentinela” e “A Sentinela Monarquista”, sendo abertamente defensor da monarquia católica.

Apesar das desavenças e discordâncias entre os Diretórios Monárquicos de São Paulo e do Rio de Janeiro sobre as melhores estratégias de como atingir o objetivo de se restaurar a monarquia, em nome do bem comum da causa, o Diretório Monarquista do Rio de Janeiro lançou em conjunto ao manifesto de João Mendes um novo Manifesto Monarquista chamado “A Nação Brasileira”, publicado no “Jornal do Commercio” em 12 de janeiro de 1896, assinado por Joaquim Nabuco, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Carlos de Laet, Lafayette Rodrigues Pereira e Carlos Afonso de Assis Figueiredo.

O manifesto foi reproduzido no “Gazzeta de Noticias” com o nome “Partido Monarquista”. Apesar da animosidade dos monarquistas no Brasil em fundarem o Partido Monarquista, a Família Imperial manteve sua postura apartidária, nunca dando apoio aberto ou se posicionando sobre a investida política dos monarquistas.

Os membros do Diretório não só lutavam pela restauração da monarquia, como também por pautas como o reestabelecimento das relações diplomáticas com Portugal, a anistia aos combatentes dos Levantes da Armada e da Revolução Federalista, bem como a revogação imediata da Lei do Banimento, que forçava a Família Imperial ao exílio.

Essa permissividade de Prudente de Moraes em relação a liberdade de organização de movimentos monarquistas enfurecia os partidários de Floriano Peixoto, conhecidos como florianistas ou jacobinos, dada a sua fervorosa paixão pela República e por um de seus líderes. Deoclaciano Martyr, dono do jornal “O Jacobino”, taxava a falta de iniciativa governamental para a repressão violenta dos monarquistas como um ato de simpatia de

Prudente de Moraes em relação à Monarquia.

Enquanto nos sertões baianos os combatentes de Canudos resistiam bravamente às incursões do Exército, no Rio de Janeiro, cidadãos favoráveis ao regime monárquico, como o jornalista Coronel Gentil de Castro, combatiam através de artigos e jornais as intensas difamações promovidas pelos republicanos por meio da grande mídia tradicional. A postura combativa de Gentil de Castro fez com que seus jornais, “Liberdade” e “Gazeta da Tarde” fossem alvo de depredações por parte de jacobinos florianistas.

No dia posterior aos atentados contra os jornais, Gentil de Castro parte de Petrópolis rumo a cidade do Rio para averiguar a situação e instruir seus funcionários. Após este compromisso foi de encontro de seus aliados na estação de trem de São Francisco Xavier para seguirem juntos de volta para Petrópolis.

Entretanto, o Coronel seria surpreendido no caminho por cerca de trinta homens, que após uma série de insultos e ameaças, sacaram suas armas e atiraram contra o pequeno grupo de monarquistas onde Gentil de Castro se encontrava, com o mesmo sendo friamente assassinado pelas costas.

Dez indivíduos foram presos por envolvimento no assassinato, no entanto, todos seriam absolvidos e declarados inocentes pela justiça. Ouro Preto e seu filho, Afonso Celso, conseguiram se misturar na multidão e fugir de volta para Petrópolis, recusando proteção do ministro chileno, partindo ambos para um auto-exílio na Europa, buscando proteção após a morte do Coronel e a escalada nas tensões. Joaquim Nabuco classificaria o episódio de perseguição contra monarquistas no Brasil como o “terror jacobino”.

Com o término do conflito em Canudos, a situação interna do Brasil parecia ter se acalmado. Nesse contexto, o presidente Prudente de Moraes se compromete a receber pessoalmente as tropas vitoriosas de Canudos no Arsenal de Guerra do Rio de Ja-

neiro, evento no qual um soldado, Marcelino Bispo, atenta contra a vida do presidente, falhando e assassinando o Ministro da Guerra, o Marechal Carlos Machado, que atacaria o agressor buscando proteger o presidente.

Aproveitando-se da situação, Prudente de Moraes decreta Estado de Sítio, utilizando dos poderes obtidos para se livrar de opositores do governo, descobrindo-se posteriormente que o atentado fora obra de florianistas, descontentes com a permissividade de Moraes para com os monarquistas. O soldado autor do atentado, feito prisioneiro, fora encontrado enforcado em sua cela com um lençol.

A história de resistência monarquista iniciada nos sertões de Canudos pelas mãos de ex-escravos e sertanejos inconscientemente ecoaram e encontram fortes aliados na antiga capital Imperial. O conflito que começou no sertão terminaria oficialmente nas ruas do Rio de Janeiro.

O século XIX chegava ao fim em 1900 - 10 anos de República e um saldo de mais de 50 mil mortos em conflitos contestando a legitimidade de tal regime. Apesar de ter saído por cima nos primeiros levantes monarquistas, a República ainda seria alvo de contestações ao longo do século XX, com pequenos revoltas como o levante de Ribeirãozinho, que em 1902 “restaurou” o regime monárquico por aproximadamente um dia, após tomarem o controle da cidade, falhando devido ao fracasso das demais cidades vizinhas em tomarem o poder e aderirem ao movimento, que sucumbia na manhã do dia seguinte.

Além dos pequenos levantes, o novo século seria marcado pelo surgimento do Patrianovismo, movimento político nacionalista que organizaria e levaria a pauta da restauração de volta para os holofotes nacionais. A luta contra o republicanismo e o laicismo não estava vencida.

ANEXOS PARTE III



José Seixas de Magalhães entrega camélias para Dona Isabel.

Revista Illustrada, Rio de Janeiro, 1888.



Família negra presta homenagem à Redentora, Dona Isabel, 1888.

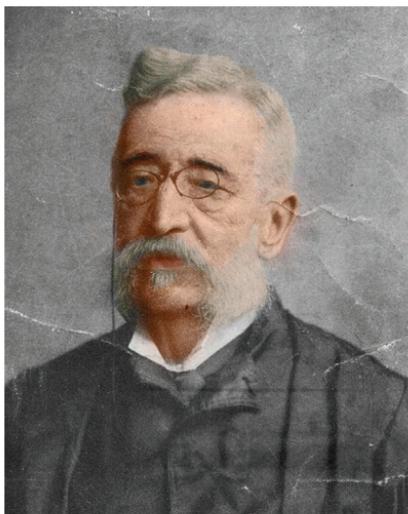


Dom Obá II, o príncipe africano que lutou pelo Império, década de 1870.

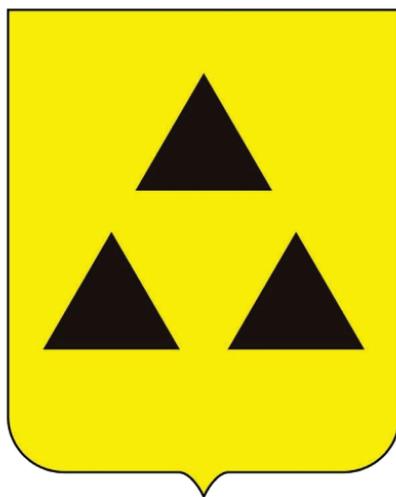


Exército reprimindo manifestantes contrários à República.

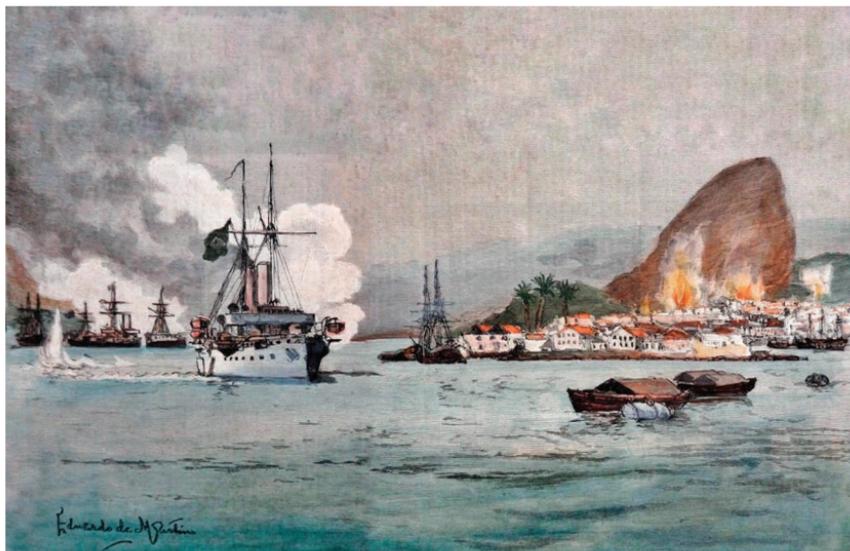
Linde Mann, Acervo da Associação do Comércio da Bahia, 1899.



Visconde de Ouro Preto, fundador do Diretório, década de 1910.

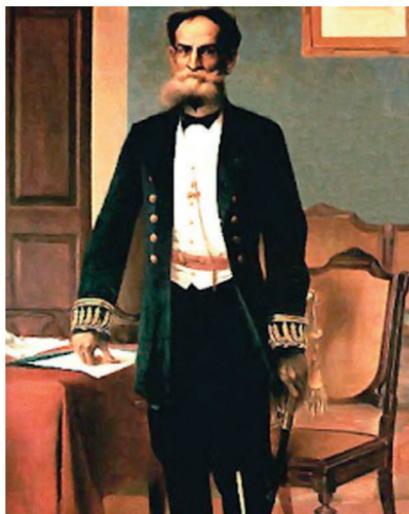


Brasão de Ouro Preto, utilizado como símbolo do Diretório.



Encouraçado Aquidabã bombardeia fortes no Rio de Janeiro.

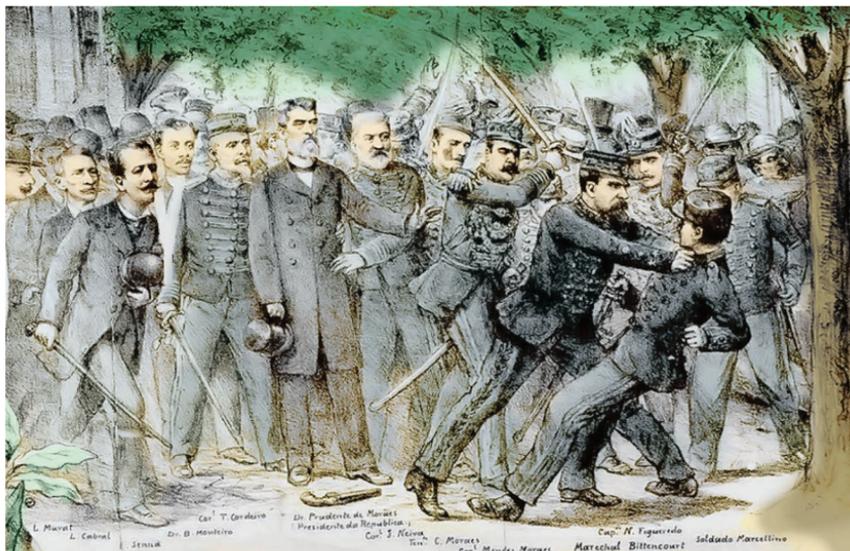
Le Monde Illustré, França, 1893.



Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente, renuncia ao cargo, 1891.



Almirante Saldanha da Gama, herói do Levante da Armada, 1893.



Representação do atentado contra Prudente de Moraes, de 1897. Na direita, Marcelino ataca fatalmente Carlos Machado.



Alegoria de Conselheiro barrando o advento da República.



Retrato de Antônio Conselheiro produzido durante o final do século.

PARTE IV

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS E A AIPB/FNB

“Patrícios! Matemos a República, antes que a República mate o Brasil! Estamos entre duas revoluções: a revolução da ordem e a revolução da anarquia! Guips do III Império! A postos! Que nos importa a República? Merece, essa criminosa, carinho algum dos Brasileiros! Vendeu-os, empobreceu-os, desmoralizou-os, anarquizou-os, fê-los miseráveis e desgraçados em 40 anos, sob a cor mentida do ‘progresso’! Morra a República!!! Que é que se espera mais do liberalismo? Que é que se espera da sua última manifestação paroleira no Brasil - a constituinte republicana? A gente de São Paulo que, por mal dos seus pecados e por injunções secretas, entrou sinceramente na aventura da constitucionalização (falo da gente humilde e não-politiqueira, a qual não obedece aos estrangeiros e aos patrões ocultos judeo-maçônicos que sabem o quanto lhes rendem as ‘constituições’!) está descrente daquela brincadeira. Faliu a República. Ela matará o Brasil, se nós a não matarmos antes!”

Arlindo Veiga dos Santos.

Antes de Vargas protagonizar a Revolução de 30 e iniciar uma Era; Antes de Plínio Salgado levar o Integralismo para o cenário político nacional em 1932. A Ação Imperial Patrianovista já marchava nas ruas em atos de resistência contra a Velha República. Arlindo Veiga dos Santos será eternamente marcado como o primeiro homem do século XX a se levantar contra a República, o ateísmo laico institucional, o liberalismo maçom e o mal internacional - Defendendo abertamente a Monarquia Tradicional Católica, ainda nos anos 20.

Capítulo I:

Juventude e Formação de Arlindo

Arlindo José da Veiga Cabral dos Santos nasceu em 1902 na pacata e pobre cidade de Itu no interior de São Paulo, onde recebeu uma ampla educação católica por parte de seus pais, estudando em escolas pertencentes a Igreja como o Colégio São Luís, dos padres Jesuítas e no Colégio N.S do Carmo onde concluiu seu ensino médio.

Desde pequeno demonstrava aberto interesse por política, história, filosofia e pelo magistério da Igreja, ingressando na faculdade de filosofia e letras da Universidade Católica de São Paulo onde concluiu seu ensino superior e dedicou-se aos estudos tomistas e desenvolveu sua apologia a Monarquia Tradicional.

Católico tradicional devoto, ingressou na Congregação Mariana da Imaculada Conceição de Santa Ifigênia. Se destacando dos demais membros pela sua notória dedicação, tornaria-se presidente da Irmandade. Arlindo frequentava fielmente todas as missas, constantemente fazendo jejum e pagando penitências habituais. O estudo e apreço pela doutrina católica, esta que sempre defendeu a monarquia tradicional como o regime certo a se seguir e defender, foram fundamentais para a formação do líder da resistência monarquista que Veiga dos Santos viria a se tornar.

Arlindo sempre demonstrou possuir uma natureza fervorosamente política, ciente da imposição do laicismo secular institucionalizado e da crise identitária imposta ao povo brasileiro

pelas forças maçônicas responsáveis pela proclamação da república, o Cavaleiro Negro, como foi apelidado devido a sua ampla defesa da monarquia, descontente com as mentiras presentes na falsa história contada desde a era liberal pelo regime de ocupação republicano, fundou na Imperial Cidade de São Paulo de Piratininga em 1928, com um grupo de amigos simpatizantes e leais a causa monarquista católica, o Centro Monarquista de Cultura Política Pátria-Nova, que viria a se tornar no futuro a consagrada Ação Imperial Patrianovista.

Capítulo II:

A Primeira Geração Patrianovista

Com a consolidação do Centro Monarquista de Cultura Política Pátria-Nova, o movimento monarquista brasileiro deixou de ser um movimento que visava apenas a mera restauração vazia do sistema político monarquista no Brasil e passou a ter uma organização central e uma doutrina pautada nos ensinamentos de São Tomás de Aquino.

Para Arlindo, a luta pela monarquia não deveria ocupar apenas o campo da política, mas também o cultural. O Cavaleiro Negro entendia que de nada adiantaria restaurar uma monarquia se a mesma fosse restaurada junto dos mesmos erros que a levaram ao fracasso. Tendo isso em mente, Arlindo repudiava publicamente as forças liberais, seculares e maçônicas que corromperam e destruíram a monarquia ao longo do século XIX.

“Instauração e não restauração” Bradava Arlindo Veiga dos Santos ao afirmar que para se manter um prospero regime monarquista no Brasil se fazia necessário primeiro o resgate de nossa Brasilidade - Os heroicos valores imperiais, presente nos bandeirantes e nos navegadores, figuras que desenvolveram e fundaram nossa pátria, assim como a fé na doutrina católica, responsável pela formação da moral cristã presente em nossa nação.

As ideias e o conceito monarquista de Pátria-Nova de Arlindo Veiga dos Santos foi fundamental para o renascimento do espírito de luta pela monarquia no Brasil, a luta abandonou o aspecto saudosista e passou a ser a luta pela instauração de uma

uma nova pátria imperial abertamente católica.

Seus ideais em nome da luta aberta pela monarquia católica recebeu o amplo apoio da Família Imperial Brasileira que compreendia o Centro Monarquista Pátria-Nova como uma organização disposta a fazer as reformas desejadas pela Serva de Deus Princesa Isabel para o Brasil, o envolvimento entre os patrianovistas e a Família Imperial era constante a ponto de realizarem inúmeros encontros e palestras em conjunto.

Agora com o apoio aberto e a participação direta de Dom Pedro Henrique Orleans e Bragança, aclamado como Dom Pedro III, o Centro Monarquista Pátria-Nova em 1935 passou a se chamar Ação Imperial Patrianovista, e com o apoio de outras instituições como o Centro Dom Vital e inúmeros periódicos que circulavam na época, a Ação Imperial Patrianovista expandiu seus núcleos para inúmeros estados brasileiros, passando a terem uniformes e saudações próprias.

“Agradeço ao ilustre Dr. Veiga dos Santos e aos seus valorosos colaboradores o inestimável serviço prestado ao Brasil e à Monarquia, estudando e organizando o plano da ‘Orgânica’, sob cuja bandeira por sem dúvida se unirão todos quantos almejam ver instalados no Brasil o regime da liberdade, de justiça, de honestidade, que fez, no passado, a grandeza de nossa terra e que, no futuro, proporcionará à nossa gente dias de paz, de concórdia, de felicidade e de progresso.”

Dom Pedro Henrique Orleans e Bragança

Os patrianovistas tiveram participação ativa nas primeiras fases de formação da Ação Integralista através do SEP – Secretaria de Estudos Políticos, organização fundada e chefiada por

Plínio Salgado, que viria a estabelecer-se ativamente na política com a formalização da Ação Integralista Brasileira em 1932. Entretanto com a posterior definição do cunho Republicano e não aderente ao Estado Confessional Católico pelo então secretário de doutrina integralista, Miguel Reale, os patrianovistas se viram contrariados e romperam oficialmente com tal movimento.

Plínio Salgado, com frequência trocava cartas com Arlindo Veiga dos Santos, nas quais tentava o apoio dele para o recém-formado movimento integralista, algo que nunca aconteceria. Segundo José Carlos de Ataliba Nogueira, ex-integrante da AIPB, Plínio Salgado, no início da AIB, ameaçava culpar a não adesão dos patrianovistas por um eventual malogro do integralismo no país. Porém, quando o integralismo se tornou movimento de massa, alguns patrianovistas como Luís da Câmara Cascudo e o então padre Hélder Câmara migraram para a AIB.

Com a premissa de conter um levante comunista no Brasil, Vargas declara Estado de Guerra e dá início ao Estado Novo em 1937, reprimindo não só organizações comunistas como qualquer outra que pudesse oferecer a mínima ameaça ao seu novo governo, incluindo monarquistas e a própria Família Imperial. Dom Pedro Henrique, apoiador da Ação Imperial Patrianovista e Chefe da Casa Imperial foi proibido pelo próprio Vargas de ingressar na Marinha brasileira, temendo que pudesse haver um novo levante monarquista dentro da antiga Armada Imperial.

O único membro da família imperial permitido a servir nas forças armadas foi Dom João Maria de Orleans e Bragança, pertencente ao ramo secundário de Petrópolis, e portanto, não herdeiro do trono, que só pode servir a marinha graças a intervenção direta do Almirante Castro e Silva que advogou a seu favor. Mesmo assim, Vargas apenas permitiria que Dom João servisse as Forças Armadas com a condição de que este fosse colocado em posto de pequena relevância, servindo no serviço de correios da Marinha, novamente temendo a possibilidade de

levantantes dado o peso da família dos Orleans e Bragança.

O Estado Novo sob a tutela de Vargas censurou e perseguiu adeptos da causa monarquista tradicional católica, pondo fim a inúmeros movimentos como a Sociedade Negra Princesa Isabel, composta inteiramente por negros do sul de Minas Gerais, e a Frente Negra Brasileira, organização também fundada por Arlindo Veiga dos Santos. A partir de 1937, Vargas decreta ilegal todo movimento monarquista, e na base da força institucional republicana, a Ação Imperial Patrianovista é dissolvida.

Segundo Alfredo Teixeira de Jesus, estima-se que a Ação Imperial Patrianovista possuía em 1937 cerca de 250,000 membros, presentes em 15 estados brasileiros. A dissolução da Ação somente seria revertida após o término do Estado Novo, em 1945, com a AIPB sendo um dos primeiros movimentos a se organizar politicamente na Quarta República.

Capítulo III:

A Segunda Geração Patrianovista

Arlindo, motivado por seu espírito católico tradicionalista e pela revolta contra a república liberal, ergue novamente a Ação Imperial Patrianovista, entretanto, devido a sua aproximação com integralistas, estes responsáveis pela tentativa de um levante, foi novamente perseguido e censurado pelo DEOPS (Departamento Especial de Ordem Política e Social).

O Estado Republicano via Arlindo Veiga dos Santos e a Ação Imperial Patrianovista como figuras políticas suspeitas e subversivas, rotulando-os como integralistas e praticando perseguições policiais contra membros do movimento.

Em represália a toda perseguição e tentativa de associação da AIPB com a AIB, Arlindo começou a circular em seu jornal monarquista os dizeres “*SEM REI NÃO HÁ UNIÃO NACIONAL*”, reafirmando o caráter monarquista do movimento como elemento primordial na diferenciação entre o integralismo e o patrianovismo.

Ao longo da Quarta República, a Ação Imperial Patrianovista buscou reforçar e reviver as críticas e a luta contra o regime republicano, que pela quarta vez em pouco mais de 50 anos era forçado a se reinventar por completo com a instauração de uma nova constituição. Em 1964, Arlindo e a AIPB estiveram contra o governo de João Goulart, participando do movimento que culminaria na intervenção militar.

Durante o início do Regime Militar, setores das Forças Armadas chegaram a convidar Dom Pedro Henrique, Chefe da

Casa Imperial Brasileira, para assumir a Chefia de Estado, con-vite este negado por Sua Alteza, que desejava uma restauração por meio da aclamação popular, não através do clássico método republicano de deposição, método este que depôs seu bisavô, Dom Pedro II e impediu o reinado de sua avó Dona Isabel.

Pouco tempo depois os militares provaram sua real motivação - Reviver os tempos da República da Espada, período no qual o Exército fora protagonista da política brasileira, comandando com braço de ferro os rumos do país segundo a doutrina positivista. A Ação Imperial Patrianovista fora, assim como as demais agremiações políticas, dissolvida e os principais articuladores civis da intervenção de 64 sofreram com purgos e queimas de arquivo.

Em 1978, perto do fim do Regime Militar, Arlindo Veiga dos Santos viria a falecer aos 76 anos, permanecendo sempre fiel e engajado na luta pela monarquia tradicional católica, mesmo na ilegalidade. As ideias do renomado Cavaleiro Negro, assim como seu legado acadêmico, foram reconhecidas em vida através da comunidade intelectual nacional e internacional, com Arlindo recebendo uma menção honrosa pela Academia Brasileira de Letras, agraciado com o título de membro do Instituto de Direito Social da Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas, membro da Sociedade Geográfica Brasileira, membro da Association de Poetes de Langue Française, membro honorário vitalício, na qualidade de fellow da American International Academy, de Nova York; dignidade e honra da Estrela e Cruz de Academic Honor; membro de honra da Légion des Volsntaires du Sang, de Paris; sócio de honra da Associazione Internazionale Insigniti Ordini Cavallereschi, de Palermo, Itália.

Capítulo IV:

Arlindo e a Frente Negra Brasileira

Dez anos após a criação da Ação Imperial Patrianovista, Arlindo teve o papel fundamental na criação do primeiro movimento negro organizado no Brasil após a proclamação da república, a Frente Negra Brasileira. Tendo seu primeiro presidente nacional o próprio Cavaleiro Negro, os periódicos da FNB clamavam pela “Segunda Abolição dos Negros”, em alusão ao impedimento da indenização dos ex-escravos através do projeto da Princesa Isabel, impedimento este em função do advento da República.

Com o golpe republicano, as esperanças de reforma agrária e indenização por parte do Estado, em projetos encabeçados por Dona Isabel, foram perdidas. A população negra se encontrava marginalizada e excluída da sociedade. Nesse contexto, o movimento presidido por Arlindo chegou a atingir a marca de 20,000 membros, divididos nos principais estados da federação como RJ, SP e MG, nos quais contavam com departamento jurídico próprio, escolas comunitárias e centros culturais voltados para a população negra.

Diferente dos movimentos negros modernistas, Arlindo Veiga idealizava o negro brasileiro como parte da sociedade e componente vivo da história brasileira tornando a FNB um movimento autenticamente brasileiro, não flertando com a importação de culturas, modismos e religiões africanas análogas a sociedade brasileira a qual os negros pertencem. Arlindo e a FNB lutavam pela luta por direitos de tratamento igualitário em

uma sociedade a qual o negro ajudou a construir e não por uma revolução cultural e identitária a qual vemos hoje.

“Eu ia todos os dias à Frente porque ali foi o ponto culminante da sociedade negra em São Paulo. Nós tínhamos pingue-pongue, dominó, teatro. Eu trabalhava e estudava. Eu ia na sede mais aos sábados e domingos. Nós, moças e rapazes, nos reuníamos mesmo quando não havia baile. Era um ponto de encontro, tinha um rapaz que tocava violão e cantava. Era um lazer de final de semana, mas havia moças e rapazes que iam para ser alfabetizados. Eu freqüentava a parte de teatro e ali era um local ideal, estritamente familiar. [...] O objetivo era que o negro progredisse, conquistasse um lugar na sociedade.”

Marcello Orlando Ribeiro, membro da FNB.

Entretanto a divergência entre o pensamento católico monarquista de Arlindo e o posicionamento socialista de José Correia Leite, liderança importante na FNB, começou a fragmentar o movimento. Para evitar que as disputas internas devido a posicionamentos políticos atrapalhasse a luta pelos direitos dos negros, Arlindo renuncia a presidência e volta a focar exclusivamente seu ativismo político a Ação Imperial Patrianovista. A partir da saída de Arlindo, a FNB passa a ser uma organização progressista, perdendo os valores de luta contra a República e em prol de uma monarquia tradicional católica.

Capítulo V:

A Herança Patrianovista no Século XXI

O empenho de Arlindo no desenvolvimento da doutrina sobre a monarquia orgânica tradicional permaneceu por décadas ofuscadas por períodos políticos conturbados na história do Brasil, com sua ausência e com o inevitável desmantelamento da Ação Imperial Patrianovista, organização que não possuía um líder a altura de Arlindo para manter o legado desejado por Isabel ativo na política nacional. Sendo assim, o movimento monarquista deixou de possuir uma grandiosa organização respaldada em uma sólida doutrina tradicionalista elaborada sob a luz do tomismo e autenticamente brasileira, passando a ser alvo dos inimigos da nação responsáveis justamente pela queda do Império.

Maçons e liberais passaram a ter protagonismo novamente na organização monarquista pós-regime militar, sendo este um dos fatores que levaram a divisão do movimento na ocasião do plebiscito de 1993. A indignação de católicos e tradicionalistas com o forte teor laicista e liberal que o movimento monarquista apresentava, levou a uma reação orgânica de homens e mulheres contrários a tais doutrinas.

Organizando-se novamente em conjunto para combater no campo das ideias tais ameaças responsáveis pela degeneração civil e moral de nossa sociedade e de nosso Império, nasce como resposta a Ação Orleanista, herdeira direta dos ideais da antiga Ação Imperial Patrianovista. O surgimento da Ação Orleanista culminou no retorno do legado intelectual e do conceito de

Pátria-Nova defendido por Arlindo Veiga dos Santos. A defesa do Estado Confessional Católico e da Monarquia Orgânica voltou ao debate público entre os monarquistas, desta vez sobre a bandeira de outra Ação, batizada em homenagem à Casa Imperial do Brasil, fundada por Dona Isabel de **Orleans e Bragança**.

A Ação Orleanista não só atua de forma doutrinária em nome da Monarquia Tradicional Católica, como também ativamente em pautas pontuais, como a desmitificação de mitos tanto sobre a monarquia quanto sobre o tradicionalismo, bem como no meio católico, informando-os sobre o processo aberto pela Igreja Católica de beatificação da Princesa Isabel e a importância da do envolvimento ativo dos católicos brasileiros na política nacional.

ANEXOS PARTE IV



Reunião de membros da primeira geração da Ação Imperial
Patrianovista nos anos de 1930.



Fotografia de Arlindo Veiga dos
Santos em meados da década de 30.



Arlindo Veiga dos Santos junto de
Dom Pedro Henrique, década de 50.



Núcleo Patrianovista de Sepetiba, no Rio de Janeiro, o primeiro núcleo patrianovista refundado após o Estado Novo.



Arlindo Veiga, Paim Vieira e Sebastião Pagano, fundadores da AIPB, panfletando nas ruas em prol da causa patrianovista.

PARTE V

O PATRIANOVISMO E A AÇÃO ORLEANISTA

Capítulo I:

A Ação Orleanista e o Patrianovismo

A Ação Orleanista surge organicamente através de jovens católicos interessados no resgate da verdadeira identidade brasileira, instituída pela Igreja Católica e trazida pelos bravos navegantes pertencentes a Ordem de Cristo a esse solo, defendida por Arlindo Veiga dos Santos, pela Guarda Negra, pelos ex-escravos da Bahia, os pobres sertanejos de Canudos e pelos revoltosos da Armada carioca.

Não há tradição política brasileira fora da Monarquia Católica. A Ação Orleanista, nomeada em homenagem a Casa Imperial originada por Dona Isabel e seu marido, o Conde D’eu, a Casa dos Orleans e Bragança, segue o mesmo objetivo que a Ação Imperial Patrianovista - O de lutar pelo autêntico e único tradicionalismo brasileiro.

Ambos os movimentos e doutrinas seguem os mesmos princípios defendidos historicamente por Carlistas, Miguelistas e pelos contrarrevolucionários, princípios estes que consistem em:

CREDO – Estado Confessional Católico, a Igreja não deve interferir nas ações civis do Estado assim como o Estado não deve interferir nas ações sacras da Igreja. Entretanto, cabe ao Estado defender e respeitar o Catolicismo como sua religião oficial, além de garantir e promover o ensino religioso nas instituições de ensino por todo o país, passo fundamental para a consolidação de uma sociedade livre da degeneração moral e cívica.

A Igreja Católica foi a responsável pela fundação do que hoje entendemos como Brasil e corresponde não só como entidade civilizacional de nossa nação como também representa a maior parte de nossa população, portanto o Estado deve ser católico, no entanto, não devendo jamais impedir a liberdade de crenças.

MONARQUIA - Um Imperador responsável, que reine e governe, escolhendo livremente os seus ministros e secretários é fundamental para a organização de um Estado municipalista e descentralizado. A monarquia é o único regime fundado que tem o potencial de aplicar políticas duradouras focadas nas próximas gerações.

Sendo assim, a dinastia que possui não apenas o direito, mas o dever, de conduzir o Estado Imperial não poderia ser outra senão aquela fundada por Dom Pedro I e aclamada pelo povo e pelas cortes - A Casa de Bragança, atualmente nomeada como Orleans e Bragança.

PÁTRIA E RAÇA - O Brasil como nação é constituído por um povo e por um Estado. O povo, diverso culturalmente e socialmente, é formado por uma única raça, a Brasileira. Todos aqueles que vivem nesta pátria possuem o mesmo sangue e a mesma história, a história de um povo que nunca se rendeu e sempre lutou por suas tradições ibero-romanas.

O Estado, composto por uma sociedade política organizada, tem o dever de respeitar e promover a defesa do povo e dos valores espirituais, físicos e econômicos do Brasil.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA - A eficiência do funcionamento das instituições de um país depende diretamente da forma com a qual o território deste é subdividido e organizado. As províncias devem ter o papel puramente administrativo, com o protago-

nismo político sendo destinado ao município, célula do Império.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL - Apenas a organização orgânica e espontânea das classes profissionais, tanto de produção intelectual, quanto de produção econômica, é capaz de conter os abusos do poder monetário internacional, que invade e conquista nações com base na precarização da legislação trabalhista e no fomento da divisão interna dos trabalhadores.

ENTENDIMENTO ESPACIAL LUSO-LATINO - A compreensão de que o Brasil possui raízes latinas, e portanto herda não apenas o legado português, mas também o romano, permite o entendimento de que a vocação do Brasil é não de apenas liderar o mundo latino-americano, mas também promover a defesa do legado católico e monarquista na região, fazendo frente ao avanço protestante e republicano promovido por nações como os Estados Unidos.

Capítulo II:

A Doutrina Patrianovista

A doutrina patrianovista, originada no pensamento e visão de mundo de Arlindo Veiga dos Santos, defende que a natureza do Brasil é e sempre será Imperial. Portanto, faz parte de sua luta, política e principalmente cultural, a conscientização do brasileiro de que a monarquia é congênita a pátria - Sem o Imperador não há união nacional, bradava Arlindo ainda nas décadas de 1930 e 1940.

“O Patrianovismo é uma doutrina dinâmica com base no princípio estático-dinâmico da Tradição. Enfrenta os problemas com realismo, estuda-os objetivamente, e não os teme. Como fartamente havemos dito, Pátria-Nova é passado, é presente e será futuro, porque, fiel às raízes espirituais e institucionais da Nação, sempre se supera e não ficará obsoleta.”

Arlindo Veiga dos Santos

Durante muito tempo o Movimento Monárquico foi alcunhado de saudosista. Saudosista era uma designação que os republicanos davam aos monarquistas, para significar que eles viviam meramente de saudades, que não tinham futuro diante de si. Eram os derrotados por definição, aqueles a quem a História paralisara e petrificara. No entanto, o Patrianovismo surgiu como uma forma de combater tal visão - A luta pela Pátria-Nova

é de cunho renovador, não apenas restaurador.

Ciente de que a tradição representa a permanência no desenvolvimento, ou seja, a manutenção dos avanços consolidados por nossos antepassados na filosofia, na sociologia, na política, e nas demais ciências sociais, o Patrianovismo surge como uma novidade na linha dinâmica tradicionalista, até então quase inexistente no Brasil, que se encontrava preso na eterna dualidade revolucionária entre liberais e conservadores.

O Patrianovismo portanto, não almeja a mera restauração do Império fundado por Dom Pedro I e consolidado por Dom Pedro II, como grande parte do movimento monarquista contemporâneo pós-plebiscito de 1993 prega - Um Império liberal, parlamentarista, fadado à ruína por sua permissividade perante o espírito revolucionário, mas sim a instauração do Império Orgânico, corporativo e municipalista.

Considerando a sociedade como uma entidade orgânica, isto é, um corpo político composto por municípios, é intrínseca a esta sociedade um Estado que seja verdadeiramente nacional, que cumpra e represente os anseios de seu povo - O Catolicismo, o Municipalismo e o Monarquismo. A República portanto nada mais é do que uma invasora.

Um regime que tem como molde a República Americana, um Estado liberal e protestante, jamais terá a capacidade de representar um povo predominantemente católico e conservador como no caso do povo brasileiro. O Patrianovismo combate esta invasão de ideologias exóticas à pátria que perpetuam a divisão interna da nação.

“Toda política verdadeira se funda na Tradição. Isso não quer dizer que seja fósil e retrógrada como dizem os agentes da anti-nação. A Tradição é a base para o progresso real, pois é acervo de valores espirituais realistas que plasmavam na lama da Nação através

de sua formação histórica.

Arlindo Veiga dos Santos

“Filosófica e historicamente nosso conceito de tradição equivale a dinamismo e continuidade. Estamos, por isso, bem longe de nos confinarmos numa idéia saudosista da sociedade que foi ou das gerações que passaram. Pelo contrário, abertos às solicitações clamorosas deste instante de febre, olhamos o futuro com um alto desejo de o prepararmos, melhor e mais belo do que é a actualidade tão horizontal e espessa em que vivemos.”

Antonio Sardinha

Apenas uma Monarquia corrigida, livre dos erros crônicos do passado e de acordo com o contexto histórico e social brasileiro possui o poder de abraçar os povos que constituem o Brasil e construir um regime que seja verdadeiramente nacionalista. A renovação monárquica, sob uma Monarquia Tradicional, é o principal ponto de luta do Patrianovismo e de seus contemporâneos da Ação Orleanista.

Capítulo III:

A Monarquia Tradicional Orgânica

A Ação Orleanista, bem como a antiga Ação Imperial Patrianovista, defendem abertamente a instauração de uma Monarquia Tradicional, contrapondo diretamente monarquistas liberais e saudosistas do Império que lutam pela mesma Monarquia Parlamentarista do Segundo Reinado, envenenando novamente a concepção de Monarquia Brasileira com os mesmos erros que culminaram no seu fim em 1889.

Sabendo disso, ambas as Ações seguem o preceito de ser contra a restauração monarquista e a favor da instauração de um novo regime monárquico, um novo regime para uma Pátria Nova, livre dos erros que levaram a seu fim, respeitando a tradição e a história do povo brasileiro sob a liderança de um Imperador governante, imparcial e apartidário.

Toda monarquia que se associa com o liberalismo e aceita sua origem na constituição se suicida ou se faz desnecessária, porque ela se condena a morte submissiva, solicitando permissão para agir aos partidos e aos políticos, se fundamentando em princípios republicanos contraditórios à existência da própria monarquia em si, com tal regime reduzindo-se à mera ficção e simbolismo, inútil e custoso.

Sem o papel governamental ativo do monarca, a classe popular e a classe governante não chegariam nunca a um entendimento comum dentro do regime constitucional parlamentar de governo, realidade política esta semelhante à de qualquer república presidencialista, aparelhada por brigas partidárias,

quebra de decoro e alienação dos recursos públicos.

O poder interventor do Imperador é o que percebe e compreende o povo. Somente a cruz e a coroa são os símbolos capazes de exercer o princípio de autoridade e despertar a verdadeira soberania nacional, não contradizendo jamais à verdadeira democracia, uma vez que o monarca deve somente agir de modo a respeitar as leis naturais do povo para as necessidades da nação, nunca agindo de modo tirânico ou de forma a atentar contra as leis naturais, tradições e interesses da nação.

A Monarquia Tradicional, apesar de possuir uma Constituição escrita, não deve ser confundida com os demais modelos de monarquia derivados da Constitucional, como cita o filósofo carlista Vazques Mella, visto que o monarca em uma Monarquia Tradicional reina e governa sob a graça de Deus e com aclamação popular, não estando acorrentados à boa vontade dos partidos políticos que dominam o Parlamento, podendo assim agir livremente em benefício de seu povo respeitando a herança tradicional de seus antepassados.

O regime monárquico deve ser tradicional uma vez que a Monarquia deve identificar-se com o processo tradicional que constitui a vida da pátria, constituir no aspecto político sua substância. A Monarquia tem de representar o enraizamento histórico de nosso povo e a continuidade frente a improvisação e a instabilidade. Sua posição deve ser antitética ao que chamamos “regimes de opinião” e ideologias partidárias, presentes na Monarquia Constitucional, em um sentido mais amplo, Ideocracia, que segundo Vogelsang é:

“O domínio de um ponto de vista abstrato e único que por oposição ao estado das coisas naturais e históricas se estende, por um partido político triunfante e por isso imposto a toda vida da nação.”

Quando separamos o regime político da concepção histórica e cultural dos povos e fazemos dele uma estrutura uniforme e isolada onde o destino e poder nacional se origina em um pedaço de papel chamado Constituição, como vemos nas monarquias liberais, se perde a tradição e os hábitos estáveis de governo, substituindo a adaptação e evolução histórica por pontos de vistas individualistas e partidários, predominantemente utópicos.

A instituição histórica da Monarquia Tradicional na Espanha e em Portugal se formou não por decretos e nem de pragmatismo de políticos como vemos os novos regimes e em monarquias liberais, muito pelo contrário – Se originou naturalmente das entranhas da sociedade através do poder de autodeterminação administrativa respeitado e garantido aos municípios e regiões federativas de pequeno porte pela figura do monarca.

As monarquias antigas, que surgiram organicamente através de acontecimentos históricos, são tradições políticas vivas, uma vez que possuíam o poder de incorporar pacificamente povos distintos em uma única organização social como a Espanha, Portugal, e por consequência o Brasil, nos séculos correspondentes ao fim da Idade Média e durante toda a Idade Moderna, por garantir a natureza descentralizada de autodeterminação regional, preservando a autonomia descentralizada, personalidade e cultura de diversos povos sob uma única Monarquia.

A Monarquia Tradicional, fundamentada pelos ensinamentos e obras de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, representa a unidade substancial do homem reconhecido como integrante ativo da sociedade, um produto de natureza humana por inteiro, garantindo sempre o poder de decisão desde a mais pequena e primitiva célula social como os municípios até a soberania nacional.

Portanto a monarquia tradicional jamais será autoritária ou totalitária, pois, garante a totalidade da soberania dos municí-

pios no que diz respeito à sua organização interna, com os mesmos tendo o dever de preservar a unidade nacional e a integridade da nação, caso contrário, o Imperador possui prerrogativas para intervir como moderador em prol do bem-comum do Império.

“A vida municipal se entende como vizinhos que se estimam, se entreajudam e conspiram todos para o bem comum. [...] No entanto, com o advento da República, a norma era a divisão do povo, explorado, em sua ingenuidade pelo partido único, apenas nominalmente diferenciado em tôdas as províncias.”

Arlindo Veiga dos Santos

Capítulo IV:

Os Atributos do Regime Orgânico

O Regime Orgânico que constitui a Monarquia Tradicional é composto por cinco grandes atributos - A hereditariedade, o federalismo, a representatividade, o anti-partidarismo e a atemporalidade.

Aspecto fundamental de qualquer monarquia, a hereditariedade representa continuidade e estabilidade, em contraponto aos eternos embates políticos pela Chefia de Estado típicas de um regime republicano. Ser hereditário significa respeitar a sabedoria do passado adquirida naturalmente através dos ensinamentos familiares em hábitos de governo e adaptação natural.

O caráter do hereditário do Estado exclui do governo a demagogia barata que impera nas falsas democracias maquiadas sob repúblicas, atribuindo uma vinculação humana natural à política da nação. O problema do país passa a se tornar eterno problema do monarca até a sua resolução, do contrário, o Príncipe Herdeiro terá de arcar com os mesmos problemas que seu pai, o Imperador.

A função do monarca deve ser como a função de um pai de família - Se encarregar da educação científica e moral, bem como do bem-estar perpétuo de seus filhos, sendo estes nesse caso, a população regida pelo Império.

Além de hereditária, o regime tradicional adota a estrutura de organização política federalista, dada a herança ibero-católica de Portugal e Espanha. O tradicionalismo luta contra a natureza de um sistema uniformista e centralizador, uma vez que

este suprime toda a extensão da vida institucional e a tradição política da pátria em um constructo artificial e centralizado na figura da capital, desrespeitando as autonomias e tradições regionais da nação.

Deve-se, portanto, respeitar a estrutura católica, federalista, hereditária e representativa da monarquia para que essa seja autenticamente tradicional. Todos os movimentos políticos que lutam pelo tradicionalismo, como o Patrianovismo no Brasil, o Integralismo em Portugal e o Carlismo na Espanha, utilizam da defesa do sistema federalista como meio qualificativo descentralizador da pátria.

Lutar pela Monarquia Tradicional seguindo seus moldes históricos de cunho federalista é lutar pela simplificação administrativa, colocando o poder de decisão nas regiões municipais e regionais em detrimento da diminuição do controle central de governo. O federalismo acredita em um ambiente orgânico de responsabilidades locais dos governantes e de cordial adesão ao povo, propiciando condições verdadeiras de liberdade política através das assembleias municipais. Isso permite com que os núcleos municipais sejam administrados não por oligarcas com esferas de dominância estadual e federal, mas por famílias e indivíduos dos diversos municípios em todo o país.

Consequência direta do autonomismo social proporcionado pelo municipalismo federalista, a representatividade da população torna-se um aspecto fundamental do Estado. A representação popular através das assembleias regionais ante o Imperador é consubstancial ao regime tradicionalista.

Os sistemas representativos tradicionalistas, presentes nas cortes de Aragão, Castella, Navarra, e em diversos estados germânicos do Sacro Império Romano-Germânico, estão intimamente ligados não porque copiaram um ao outro tal qual acontecera com os Parlamentos liberais nos séculos XVIII e XIX, mas sim porque respondiam aos foros comuns - A soberania nacional

nacional e a representação da Igreja e dos costumes.

Segundo Vázquez de Mella, foi através da Monarquia Tradicional que surgiu a primeira limitação do poder do monarca, ainda durante o século XIV, quando pela primeira vez se fez publicamente aceito no reino de Castella a limitação do poder público consistente em que nenhuma lei fundamental elaborada pelas cortes regionais poderia ser variada ou modificada apenas pelo Rei, sendo esse o primeiro registro da constituição histórica que moldam o modelo de Monarquia Tradicional a qual conhecemos hoje.

Diferentemente do Parlamentarismo Liberal, o sistema representativo tradicionalista sintetizado nas cortes e em nome do monarca, possui pleno poder administrativo e legislativo, possuindo apenas contrapoderes e limitações pontuais para que não atente contra a unidade nacional. As cortes podem ser vistas como o conjunto institucionalizado e autônomo de sociedades e comunidades políticas independentes do poder central a qual seus representantes são eleitos diretamente pela população local.

O regime parlamentar constitucional debilita o Estado por não dar garantias de representação ao cidadão individual e por entregar o poder à partidos e seus interesses pessoais e ideológicos. Em um país totalmente centralizado no Parlamento, onde os demais poderes representam apenas o poder delegado por este, não pode representar a população e tampouco limitar seu poder de decisão sobre a administração das regiões. Os políticos em um regime parlamentar não representam coisa alguma senão o próprio Estado.

Uma verdadeira institucionalização da sociedade e uma eficaz limitação do Estado só pode surgir de uma instauração de uma Monarquia que garanta a autonomia do município, das famílias e dos demais núcleos regionais menores, tal qual defendia Santo Tomás de Aquino. A Monarquia Tradicional é o único regime que harmonicamente alia as três formas legítimas de go-

verno aristotélicas: a Democracia, por garantir a representação popular do povo na política de maneira independente, sem precisar se filiar a partidos políticos para tal; a Aristocracia, por limitar o governo nas regiões aos melhores cidadãos, eleitos por suas aptidões intelectuais, morais e oratórias; e a Monarquia, por reservar ao monarca o dever de conduzir a chefia de Estado.

“No Brasil não há tradição que não seja a defendida pelos navegadores portugueses, ex-escravos da bahia, integrantes da guarda negra, revoltosos da armada carioca e pelos bravos sertanejos de Canudos, não há tradição brasileira fora da monarquia católica.”

Renan Menuzzier

Nenhuma renovação tradicionalista pode ser obtida através de partidos políticos, uma vez que estes são meras ferramentas de divisão republicana destinados a separar e segregar a população segundo ideologias liberais fruto do espírito revolucionário. Portanto, o monopólio da atuação política mantido até então pelos partidos deve ser extinguido, com a garantia de livres candidaturas a cargos políticos concedida para todos os cidadãos brasileiros, protegida pelo Imperador.

Uma representação autenticamente pública jamais fora capaz de ser realizada por partidos políticos, visto que estes não refletem a estrutura social real da sociedade, apenas os interesses político-econômicos de determinados grupos que buscam acesso aos recursos e ferramentas do Estado em detrimento de benefício próprio ou do partido.

A República não pertence ao povo brasileiro e sim aos partidos que a regem através do eleitoralismo. Tal regime nunca fora democrático, a população nunca possuiu real poder de decisão, estando aprisionada na eterna demagogia partidária. Portan-

to, é fundamental que um regime dito orgânico, como a Monarquia Tradicional, se posicione contra tal realidade, adotando uma postura abertamente partidária.

“A Monarquia que nascesse do conluio de um partido pretendo “monárquico” morreria do conluio de partidos. Não aceitamos tal monarquia. Se a quiséssemos, já a teríamos feito há muito tempo. A verdadeira Monarquia orgânica terá de nascer das forças vivas da Nação.”

Arlindo Veiga dos Santos.

Por fim, o último dos atributos correspondentes à Monarquia Tradicional é a sua atemporalidade - Um regime cuja função é reger um Estado não possui prazo de validade. Afirmar que o regime monárquico é ultrapassado, que tal forma de organização teria sido supostamente superada pelas forças do tempo é atestar o desconhecimento histórico.

Em comparação com o sistema republicano secularista que vigora atualmente em grande parte do mundo contemporâneo, o sistema da Monarquia Tradicional referida ao longo desta obra é extremamente mais moderno e avançado. Legar ao contexto temporal em que se vive exclusivamente a responsabilidade de julgar e avaliar a eficiência de regimes políticos é utilizar-se de uma metodologia meramente empírica, sem comprovação objetiva e científica.

O Brasil nunca fora tão politicamente estável e a máquina pública fora tão eficiente e livre de corrupção quanto em nosso período monárquico, que mesmo contendo erros pontuais jamais colocou a população contra a figura do Imperador. Se tal lógica temporalista fosse válida como método avaliativo, tornaria-se ainda mais aparente o fracasso republicano nas últimas décadas.

Capítulo V:

A Necessidade do Estado Confessional

O Estado confessional católico não deve ser estabelecido no Brasil por mero capricho saudosista ou pela busca de privilégios como acusam falsamente os defensores do laicismo de Estado. A restauração da posição da Igreja em relação ao Estado é uma necessidade da nação.

O Estado Laico, ou irreligioso, não possui padrão seguro para salvaguardar os valores morais atemporais ou sequer possui moral para julgar sob o critério do justo e o injusto matérias políticas contemporâneas, sequer possuem noção de bem e do mal, desprezando por completo as Lei de Deus a qual a população brasileira é fielmente devota.

Não apenas o Estado, mas o povo em si, necessita ser confessional católico, não só por esta ser a única verdadeira como também pela defesa institucional de nossos valores tradicionais cristãos, assim como pela valoração da identidade histórica brasileira. O Brasil, que nasceu católico e monarquista à sombra do Real Estandarte da Ordem de Cristo, deve ser defendido contra o Brasil ateu e estrangeiro a qual os republicanos tentam nos forçar desde 1889.

Defender o Estado Confessional Católico não é defender apenas o estabelecimento do Catolicismo como religião oficial do Estado, assim como fora durante todo período imperial no passado, mas também oferecer ativamente proteção a toda cristandade que aqui reside. O Brasil possui a vocação histórica e regional de guiar a cristandade e preservar o legado de Cristo no

Novo Mundo. Tal missão torna-se impossível com a perpetuação do Estado Laico e dos ideais laicistas nas esferas públicas de poder.

Diversas calúnias e mentiras são constantemente levantadas buscando denegrir e barrar o avanço da luta pelo retorno do Estado Confessional Católico. Mentiras como o possível retorno do Tribunal do Santo Ofício, com a possibilidade de perseguições religiosas institucionalizadas pelo Estado, são completamente infundadas. A própria Carta Magna de 1824, que estabeleceu a manutenção do status privilegiado ante o Estado da Igreja Católica, assegurou durante todo o Império a liberdade de culto e de fé.

Defender o Estado Confessional é defender que o Estado reconheça a instituição que fora fundamental para a sua própria formação - A Igreja Católica. O aparato moderno que constitui um Estado Nacional fora trazido em caravelas cujas velas estampavam uma larga e volumosa cruz da Ordem de Cristo. Um Estado brasileiro que se autodetermina como Laico, trai sua própria história em detrimento de uma falsa liberdade.

A instituição da Igreja Católica, bem como seus clérigos e membros, sempre manteve uma postura contrária à conversão forçada. É especialmente impossível forçar a conversão ao cristianismo. O cristianismo, afinal, não é simplesmente uma religião de regras. É somente pelo poder do amor que alguém consegue verdadeiramente se converter a Cristo. No século XV, enquanto a coroa portuguesa buscava forçar a conversão de judeus ao catolicismo, popularmente conhecidos como cristãos-novos, a Igreja se manteve firme no posicionamento contrário a tais práticas.

Assim como Cristo provou que a conversão só poderia ocorrer através do poder do amor, provou que a única religião verdadeira é a Cristã - Se Deus existe, ele só pode ser um modelo único, isso quer dizer que somente uma religião é a verdadeira.

E a única religião que prega verdades objetivas, em uma organização coerente que valoriza o homem é a religião Cristã. É então fundamental ao Estado, abandonar o relativismo laicista e novamente reconhecer o papel fundamental que Cristo possui na sociedade brasileira.

Até 1990, o cristianismo representou mais de 90% da população brasileira. Lutar pelo Estado Confessional é combater o escárnio público de Cristo e da Virgem Maria a qual se tornam cada dia mais populares, atentando contra a fé da esmagadora maioria da população. O Estado Laico é incompatível com a verdadeira Democracia Orgânica.

Não há como se proclamar “tradicionalista católico” e se distanciar do compromisso de defender a Igreja como instituição divina, assim como seu magistério e papel ativo na construção da moral brasileira. Aquele que por medo de ser julgado e de ser visto por maus olhos se nega a defender a própria fé e a natureza Imperial do Brasil está a cometer um erro inadmissível e covarde. A Monarquia apenas possui sentido se estiver em consonância com a crença majoritária de seu povo e com a construção histórica que levou este Estado até o presente momento.

Capítulo VI:

Monarquistas, a luta!

Por nascermos no Brasil, uma pátria de natureza Imperial a qual a dinastia de Orleans e Bragança permanece segura e protetora de nossos autênticos valores históricos, somos abençoados por termos o dom da alternativa ao falho regime republicano. Apenas os oportunistas e malditos corruptos imputam a nossa causa como uma obtenção impossível, pois, para eles é dever corromper nosso espírito de luta para um espírito saudosista e derrotista. Entretanto é nosso dever oferecermos-lhe a rejeita, o não.

Não iremos aderir a narrativa republicana e jamais abaixaremos nossa cabeça para qualquer difamação. Podem ter acabado com o regime em 1889, no entanto, o Império ainda vive e caminha de forma silenciosa e vibrante em direção ao triunfo, pois, da mesma forma sorradeira a qual acabou pelas mãos de uma pequena elite desonesta e corrupta, o Brasil pode, pelas mãos de homens de valor e coragem amanhecer um Império, novo e renovado.

Defender as raízes históricas do Brasil deve ser a cruzada pessoal de todo brasileiro. O compromisso da antiga Ação Imperial Patrianovista e a atual Ação Orleanista com a Monarquia e com a Igreja Católica é e sempre será eterno, visto que nossa pátria, o Brasil, somente existe hoje graças à atuação de ambas as instituições em prol de um projeto de país.

O Tradicionalismo a qual os patrianovistas e os orleanistas aderiram nunca fora o dragão extremista a qual liberais

buscam pintar, mas sim a mais pura demonstração de amor ao passado, tradições e costumes da Igreja, pátria e de nossos antepassados.

É a rejeição das controvérsias modernas e a constante luta pela recuperação de natureza imperial a qual o Brasil deve passar para reestabelecer a ordem e a união nacional, livre dos vícios do passado responsáveis pelo fim do Império, é a constante busca por uma Pátria Imperial.

“Tradição e o espírito conservador são termos contraditórios, o tradicionalismo não pode nunca viver sob uma espécie de movimento conservador, e sim apenas como impulso restaurador das leis naturais da pátria. [...] A originalidade política brasileira na América é a Monarquia, o Império. [...] O Patrianovismo é renovador, não resutaurador; [...] a Pátria Brasileira há de ser Imperial, há de ser Católica, é ação acusatória chamando a contas a Ré...pública, o liberalismo, a democracia; é o libelo franco e decidido contra a Anti-Nação, constituída pelo judaísmo, maçonismo, comunismo.”

Arlindo Veiga dos Santos

Por isso, que sejamos a contrarrevolução deste século; que adotemos a postura do herói da Vendaia, Henri de Rochejaquelin ao se colocar contra as atrocidades revolucionárias a qual incendiou a França; e que estejamos sempre dispostos a defender a Monarquia Tradicional Católica sem sentir sequer um pingo de receio da repercussão a qual os filhos da revolução nos sucumbem através de seus olhares e comentários maledicentes e mentirosos.

“Acreditamos em um autêntico Império Orgânico sob a égide de uma monarquia tradicional, pois, o rei deve governar sob a graça da fé de seu povo enquanto este deve expressar suas necessidades através de assembleias municipais. A descentralização da administração pública a favor das cortes municipais é a única forma de resolver os anseios de nosso povo de forma sensata e menos burocrática, de forma a resolver os problemas particulares de cada núcleo brasileiro de forma mais orgânica. A Igreja ensina com razão que toda autoridade provem de Deus, mentem os liberais ao afirmar que autoridade é emanada do povo para justificar a falha concepção do sistema de maiorias republicano, onde o único anseio do político é vencer as próximas eleições. Cansamos de ver as ideologias políticas sendo colocadas acima dos interesses do povo.”

Renan Menuzzier

Como diria Arlindo Veiga dos Santos - Só os sonhadores, só os visionários são senhores do Futuro. Os sanchos-panças comem o presente, dormem o presente, morrem o presente. E desaparecem sem ter criado as artes, a poesia, as flores, os Impérios. Que os tradicionalistas e os verdadeiros herdeiros da luta dos antepassados desta nação jamais abandonem a fé e o espírito de luta por uma Pátria Nova.

ANEXOS PARTE V



Dom Bertrand junto à bandeira da Ação Orleanista no evento de abertura da Liga Cristo Rei em 2019.



Membro da Ação Orleanista junto a Dom Antônio celebrando o aniversário de Dom Pedro II.



Renan Menuzzier, líder da Ação entregando panfleto a Dom Bertrand, no Centro Dom Bosco.



Líder da Ação Orleanista, Renan Menuzzier, junto de um membro portando a bandeira do movimento na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo.



Membro da Ação Orleanista junto a Dom Bertrand no evento de abertura da Liga Cristo Rei.



Membra da Ação Orleanista realizando ação panfletária nas ruas em defesa de Dona Isabel.

CRONOLOGIA

1872 - Estopim da questão religiosa, a maçonaria sob a liderança de Rio Branco e Saldanha Marinho iniciam uma guerra contra a Igreja Católica e sua proibição à atuação de tal seita.

1888 - Formação da guarda negra pelos ex-escravos dominantes da arte da capoeira e abolição da escravidão.

1889 - Proclamação da república e exílio da Família Imperial.

1890 - Fundação do Diretório Monárquico Brasileiro pelo Visconde de Ouro Preto.

1891 - Morte do último Imperador brasileiro Dom Pedro II; eclosão da primeira Revolta da Armada e renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca, com a tomada do poder por Floriano Peixoto, arquiteto da república.

1893 - Segunda Revolta da Armada; início da Revolução Federalista e fundação de Canudos.

1894 - Fim do governo de Floriano Peixoto e começo do governo Prudente de Moraes, o primeiro civil a ser presidente.

1896 - Início da Guerra de Canudos e perseguições, censuras e atentados contra monarquistas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

1902 - Nascimento de Arlindo Veiga dos Santos.

1908 - Dom Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança renuncia a sucessão Imperial do Brasil em nome de seu irmão, ramificando a Família Imperial nos ramos de Petrópolis e Vassouras.

1920 - Fim da lei do banimento da Família Imperial Brasileira.

1921 - Falecimento de Princesa Isabel.

1928 - Fundação do movimento monarquista tradicional, a Ação Imperial Patrianovista por Arlindo Veiga dos Santos.

1931 - Fundação da Frente Negra Brasileira, Arlindo assume o cargo de primeiro presidente.

1932 - Arlindo Veiga dos Santos abandona a SEP responsável pela criação da Ação Integralista.

1937 - Vargas dá início ao Estado Novo e declara ilegal todos os movimentos monarquistas, paralisando a AIPB.

1945 - Fim do Estado Novo, início da Segunda Geração Patrianovista e o retorno efetivo da Família Imperial para o Brasil.

1964 - Tomada de poder pelos militares e extinção da AIPB.

1978 - Arlindo Veiga dos Santos falece, deixando um vasto legado intelectual monarquista para o Brasil.

1981 - Falece Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, deixando a chefia da Casa Imperial para seu filho Dom Luiz Gastão de Orleans e Bragança.

2018 - É fundada a Ação Orleanista; o Patrianovismo ressurgue.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Tomás de; SANTOS, Arlindo Veiga. Do governo dos príncipes ao Rei de Cipro. São Paulo: Edipro, 2013.

AQUINO, Tomás de; NETO, Francisco Benjamin de Souza. Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1997.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Dom Pedro II: Ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROMA, Juan M.. Catecismo Tradicionalista. Barcelona: Biblioteca Tradicionalista, 1994.

SANTOS, Arlindo Veiga. Idéias que marcham no silêncio. São Paulo: Pátria-Nova, 1962.

SANTOS, Arlindo Veiga. Maurras, Defensor da Realidade: Verdades chãs para políticos honestos. São Paulo: Linográfica Editora, 1953.

SENADO FEDERAL. Falas do Trono. Brasília: Livraria do Senado, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TORRES, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroadada. Brasília: Edições Câmara, 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Os Construtores do Império. Brasília: Edições Câmara, 2017.

XAVIER, Leopoldo Bibiano. Revivendo o Brasil-Império. São Paulo: Artpress, 1991.

Em 1822 não se escolheu a monarquia por motivos doutrinários, mas por uma questão de fato. Ninguém pensou na melhor forma de governo, mas na melhor solução par o caso brasileiro. A teoria vem depois, para justificar a solução que os antigos adotaram por verem nisto o melhor caminho.

A monarquia caiu no Brasil pela falta de uma doutrina. Os estadistas do Império e o próprio Imperador não tinham sólidas convicções monárquicas, não tinham uma filosofia do regime.

